

mut.

REVISTA DO MUTUALISMO | N.º 15 - III SÉRIE



mutualidades
portuguesas

Com os Portugueses desde 1176.

EDIÇÃO 2024
ISSN 2183-1114

"AMBICIONO UMA EUROPA
QUE POSICIONE OS SEUS
CIDADÃOS NO EPICENTRO
DAS SUAS POLÍTICAS
E PRIORIDADES."

COMISSÁRIO EUROPEU
NICOLAS SCHMIT
EM ENTREVISTA



**MÃOS
QUE CUIDAM
E PROTEGEM**

FAÇA PARTE DESTE MOVIMENTO.

As mutualidades podem ter um papel ainda mais relevante na sociedade

Luís Alberto Silva,
*Presidente do Conselho de Administração
da União das Mutualidades Portuguesas*



O mutualismo é um movimento social com mais de oito séculos em Portugal. Alicerçado no virtuoso princípio da solidariedade recíproca soube encontrar, em cada momento da história, as melhores respostas para os desafios e necessidades da sociedade, chegando ao século XXI com um riquíssimo património de intervenção social.

As mutualidades concedem benefícios a 2 milhões e meio de pessoas, um quarto da população portuguesa. Empregam mais de 5 mil trabalhadores e geram um VAB (valor anual bruto) de mais de 327 milhões de euros na economia nacional.

De norte a sul do país, dinamizam soluções mutualistas de previdência social. Prestam cuidados de saúde de proximidade e de grande qualidade, mesmo onde o Serviço Nacional de Saúde se encontra distante. Asseguram respostas à infância, idosos, migrantes, aos mais vulneráveis da sociedade e contribuem para atenuar as dificuldades dos portugueses no acesso à habitação.

As velozes e profundas transformações que a sociedade atravessa, desde o inverno demográfico, às novas dinâmicas das famílias, passando pela transição energética e digital e pela escassez de recursos para fazer face a cada vez maiores e mais complexas necessidades das pessoas, fazem com que as mutualidades se tenham de reposicionar e reinventar. E estão a fazê-lo.

O testemunho que nos deixa nesta edição o Comissário Europeu Nicolas Schmit reveste-se de grande oportunidade e simbolismo para todos nós, mutualistas. Não podemos pensar no futuro, ignorando as orientações estratégicas da União Europeia, cujas políticas cada vez mais condicionam e determinam as decisões dos Estados *per si*.

As mutualidades podem ter um papel ainda mais relevante na sociedade portuguesa (e europeia), mas para que isso aconteça há preconceitos que importa mitigar. Desde logo, mostrando pela ação que estão comprometidas com as

suas comunidades, com a inovação e a qualidade dos seus serviços e respostas. Pugnámos, persistentemente, junto de sucessivos governos que fossem removidos obstáculos ao desenvolvimento do setor. Finalmente, o Governo acaba de assumir, por escrito, no Compromisso de Cooperação para o Setor Social, que, em 2024, irá rever o Código das Associações Mutualistas e a lei das farmácias sociais, e irá celebrar novas convenções para a prescrição de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e para a prestação de cuidados de saúde com o setor social onde e quando não houver capacidade de resposta do sistema público.

As mutualidades portuguesas gozam de um capital de confiança acumulado ao longo de séculos, em áreas nevrálgicas como a saúde e a proteção social, possuem e podem disponibilizar (mais) recursos no terreno. Todos somos poucos para fazer face à emergência dos problemas e à dimensão dos desafios com que Portugal, a Europa e o mundo estão confrontados.

ÍNDICE



3 EDITORIAL

por Luís Alberto Silva

6 ENTREVISTA

Nicolas Schmit (Comissário Europeu)

18 OPINIÃO

- Ana Mendes Godinho
- Luísa Salgueiro
- Ricardo Rio
- Pedro Barbosa

26 DESTAQUE

- As Organizações Mutualistas na Sociedade Portuguesa do Século XXI

30 TEMAS

- Mutualidades e Habitação
- A Poupança vista por diferentes gerações

38 ATIVIDADES E EVENTOS

- Beyond Neet
- Receção ao Papa Francisco
- Dia Nacional do Mutualismo
- Prémios
- Reunião Anual de Presidentes Mutualistas
- O Berço do Mutualismo
- Europe is Female
- Ciclo de Conferências
- XII Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas
- Compromisso de Cooperação
- Audiência com Presidente da República
- Organização Internacional da Economia Social
- Selo Protetor

64 MUTUALIDADES

- Projetos
 - + AB Familiar
 - + ANSE Sandim

68 PARCERIAS

NESTA EDIÇÃO



26 O estudo “As Organizações Mutualistas na Sociedade Portuguesa do Século XXI”, conduzido pela Universidade de Aveiro, analisa em profundidade o setor do mutualismo, as suas particularidades, desafios e potencialidades.

30 A Previdência Portuguesa, com sede em Coimbra, a Previdência dos Ferroviários de Portugal, no Porto, e o Legado Operário de Évora são exemplos de instituições que disponibilizam edifícios e moradias com rendas acessíveis, oferecendo soluções tangíveis ao peso crescente da habitação no país.

34 Conheça as perceções e práticas de poupança de diferentes gerações em Portugal, realçando a importância crescente dos planos de poupança oferecidos por associações mutualistas.

38 Através de workshops e formações, o projeto “Beyond NEET”, uma iniciativa da União das Mutualidades Portuguesas em colaboração com o Irish Rural Link e com apoio do programa “Erasmus+”, procura fortalecer a cidadania ativa entre jovens NEET em Portugal e Irlanda.

42 As mudanças e as transformações, os problemas e os desafios do movimento analisados no Dia Nacional do Mutualismo.

50 As figuras que se destacam pelas suas ações, percurso cívico e profissional, em prol do movimento mutualista. Os projetos mutualistas que sobressaem e os trabalhadores cujo desempenho e atividade são reconhecidos, todos os anos, pela UMP.

- 57** A UMP iniciou um Ciclo de Conferências voltado para a análise de temas estruturantes do movimento mutualista. A primeira sessão debateu o “Papel das Mutualidades na Saúde”, em Guimarães. Já a Casa da Mutualidade d’A Previdência Portuguesa, recebeu a conferência “As Mutualidades na Previdência Social do Futuro”.



- 60** Audiência com Presidente da República e Compromisso de Cooperação de 2023/2024, celebrado entre o Governo de António Costa e as entidades do setor social, reforçam o papel das mutualidades na saúde e prevê a revisão do Código das Associações Mutualistas.

- 62** UMP impulsiona criação da Organização Internacional da Economia Social (I.S.E.O.) em comunhão de esforços com organizações sociais de Itália (Consorzio Kairòs) e do Brasil (FAN – Força Associativa Nacional).

- 66** A Associação Mutualista Nossa Senhora da Esperança – ANSE de Sandim oferece um serviço inovador de apoio domiciliário especializado em saúde mental.

OPINIÃO



- 18**
«Pilar Europeu dos Direitos Sociais: Portugal no centro de uma Europa forte, solidária e inclusiva»

Ana Mendes Godinho

Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social



- 20**
«O trabalho na área da ação social é uma missão comum aos municípios e às mutualidades»

Luísa Salgueiro

Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses



- 22**
«A Economia Social na Europa»

Ricardo Rio

Presidente da Câmara Municipal de Braga
Membro do Comité das Regiões Europeu



- 24**
«A reinvenção do Mutualismo: Navegando desafios e capitalizando oportunidades»

Pedro Barbosa

Atuário Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses
Atuário Certificado pela ASF para fundos de Pensões

mut.

União das Mutualidades Portuguesas
Avenida 29 de Março, 754 Loja 14,
Apartado 58
3885-518 Esmoriz
Telefone: 256 112 880
NIPC - 501 097 350
www.mutualismo.pt
uniao@mutualismo.pt

Editor Luís Alberto Silva | **Redação e Fotografia:** UMP
Impressão Multitema
Propriedade e Edição União das Mutualidades Portuguesas
Tiragem 450 exemplares | Depósito Legal 366134/13 | ISSN 2183-1114
Distribuição gratuita
Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores e não expressam necessariamente a opinião do editor.



NICOLAS SCHMIT EM ENTREVISTA

COMISSÁRIO EUROPEU
DO EMPREGO E DIREITOS SOCIAIS

“O mutualismo contribuiu para a resiliência e sustentabilidade do tecido social europeu”

Vários acontecimentos colocam à prova a coesão, as estratégias de desenvolvimento e o relevo geopolítico da Europa. Nicolas Schmit, Comissário Europeu do Emprego e dos Direitos Sociais, vê o setor social na vanguarda de uma transformação a acontecer em várias frentes e na construção de um modelo económico assente na equidade.

Em seu entender, as associações mutualistas têm um papel fundamental na promoção da inclusão, no desenvolvimento comunitário, nos alicerces de uma Europa social mais forte.

Neste contexto de valorização do setor social, Nicolas Schmit recebeu a União das Mutualidades Portuguesas no seu gabinete em Bruxelas. O encontro teve como destaque a apresentação dos objetivos da Organização Internacional da Economia Social (I.S.E.O.), que inclui a promoção da economia social e solidária e a cooperação com entidades de diversas regiões, incluindo Europa, América do Sul, África e Ásia.

Paralelamente, o Comissário tem dedicado esforços significativos no desenvolvimento de um plano de ação europeu para a economia social. Este plano visa criar um ecossistema mais favorável para as organizações da economia social, reconhecendo a sua contribuição indispensável para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável na Europa.

Economista nascido no Luxemburgo, eleito para o Parlamento Europeu em 2019, distinguido com o Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional, continua a trabalhar para reforçar a dimensão social da União Europeia.

“A Europa definiu como meta posicionar-se como líder tecnológica global nas transições verde e digital.”

Nos seus cinco anos de mandato na Comissão Europeia, a Europa enfrentou uma pandemia, uma crise migratória, a eclosão de uma guerra com impactos significativos, como a escalada da inflação e das taxas de juro. Estas circunstâncias, de alguma forma, reforçaram a coesão, a importância geopolítica da Europa e a estratégia de desenvolvimento encetada em 2019 e assente no digital, na ação climática e nas pessoas?

Seria impensável antever a magnitude dos desafios externos que impactaram a União Europeia (UE) durante o presente mandato desta Comissão. A pandemia de Covid-19 e o conflito agressivo contra a Ucrânia, ambos eventos inesperados, emergiram num panorama já desafiador, marcado por transformações demográficas, as revoluções verde e digital, escassez de competências, modelos laborais inovadores, a incessante batalha contra a pobreza, a falta de habitação e a desigualdade social.

Estes acontecimentos colocaram à prova a coesão, o relevo geopolítico e a estratégia de desenvolvimento europeias, reforçando, em muitos aspetos, o compromisso da Europa para com os seus objetivos estratégicos.

A pandemia salientou a necessidade vital de uma resposta europeia coesa e coordenada. A UE uniu esforços para assegurar a aquisição de vacinas, prover apoio económico e estabelecer um mecanismo de recuperação e resiliência, que consagra um investimento signifi-

cativo nos direitos sociais, fortalecendo, deste modo, o nosso empenho relativamente à agenda estratégica definida em 2019. Adicionalmente, desenvolvemos o instrumento SURE num tempo recorde, que se revelou fundamental na preservação de empregos em toda a Europa.

As crises sublinharam a imperiosidade de centrar atenções nas pessoas, conforme enfatizado pelo Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Os planos de recuperação priorizam a criação de emprego, a requalificação profissional e a inclusão social, em consonância com o nosso compromisso de potenciar o bem-estar dos cidadãos europeus.

Em suma, os desafios com que nos deparamos não só consolidaram a unidade europeia, mas também demonstraram o que é possível alcançar mediante uma colaboração conjunta e transfronteiriça.

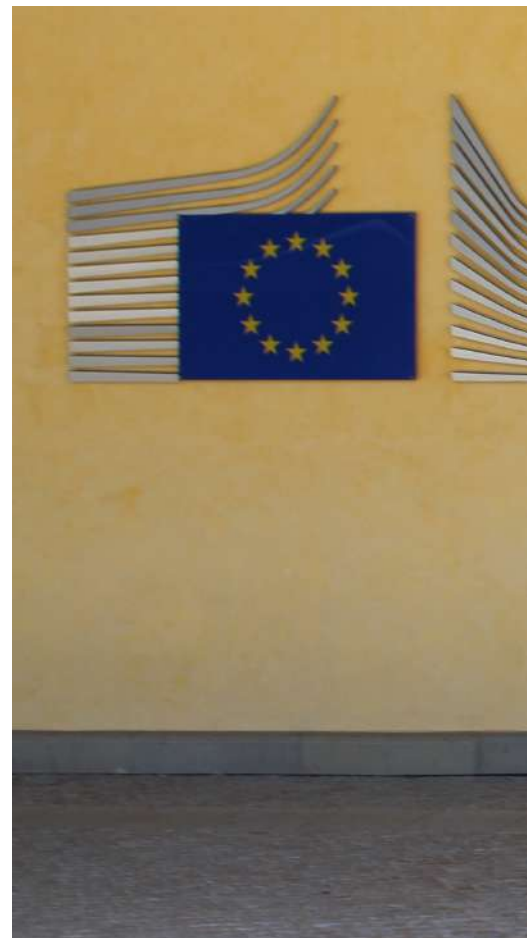
Como está a Europa, no seu todo, a responder aos desafios da transição verde e digital lançados pela Comissão Europeia? Que impacto está a ter a conjuntura inflacionista que atravessamos na implementação dessa agenda?

A Europa definiu como meta posicionar-se como líder tecnológico global nas transições verde e digital e como pioneira na elaboração de estruturas de apoio a estas iniciativas.

Com a apresentação do Plano Industrial do Pacto Ecológico pela Comissão, este ano, avançámos significativamente no

sentido de obter vantagens competitivas no percurso da transição. Isso é particularmente evidente nos setores de manufatura verde, como na produção de turbinas eólicas, painéis solares e baterias. Complementamos esta iniciativa com os Diálogos de Transição para Energias Limpas junto da indústria da UE.

No âmbito da digitalização, a UE desenvolveu um enquadramento regulatório para direcionar a digitalização na Europa,



“As crises sublinharam a imperiosidade de centrar atenções nas pessoas, conforme enfatizado pelo Pilar Europeu dos Direitos Sociais.”

que inclui a iniciativa Década Digital, mas também a proposta da UE para a Lei da Inteligência Artificial e a proposta para a Diretiva de Trabalhadores das Plataformas Digitais. É fundamental assegurar que as pessoas estejam no epicentro da transformação digital.

As competências ocupam um papel central neste esforço, abrangendo ambas as transições. Por exemplo, com o lançamento de iniciativas como parcerias de

competências em grande escala e Academias Net Zero, ambicionamos formar 100 mil educandos em cada uma, num período de três anos. A colaboração com todos os agentes, incluindo empregadores, organizações de trabalhadores e autoridades locais, é crucial para viabilizar uma transição inclusiva no domínio das competências.

Embora a inflação esteja a diminuir, não menosprezamos a severidade da crise

no custo de vida que afeta as famílias europeias de todos os estratos de rendimento. De facto, a nossa agenda foi reajustada para apoiar uma transição acelerada, sem deixar ninguém para trás. Tal não é apenas relevante do ponto de vista da subsistência das famílias europeias, mas também demonstra a capacidade de adaptação da Europa, evidenciando a sua preparação para enfrentar uma transição verde ambiciosa.





Com que Europa podemos sonhar na próxima década?

A projeção para a Europa na próxima década é de uma entidade marcada pela resiliência, sustentabilidade e coesão social. Ambiciono uma Europa que posicione os seus cidadãos no epicentro das suas políticas e prioridades, empenhando-se por uma sociedade mais abrangente e equitativa.

Na próxima década, a Europa deve manter o seu papel preponderante nos grandes desafios sociais contemporâneos, como as alterações climáticas, as transições ecológica e digital, fomentando simultaneamente um crescimento económico que beneficie todos os estratos. A minha visão inclui o robustecimento do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, aprimorando a integração no mercado de trabalho para quem se encontra apto para trabalhar, motivando a formação contínua e a aprendizagem ao longo da vida, e assegurando redes de proteção social que não excluam

ninguém, elevando as pessoas da condição de pobreza.

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais vem colocar as pessoas e a indispensável coesão social no centro da estratégia de desenvolvimento económico. Como é que esse Pilar se vai desenvolver e com que objetivos?

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais desempenha um papel crucial na configuração do futuro da Europa, posicionando as pessoas e a coesão social no fulcro da estratégia de desenvolvimento eco-

nómico. O objetivo deste Pilar é melhorar as condições de trabalho e de vida das pessoas na UE e servir de inspiração para elevados padrões sociais além das suas fronteiras. Os seus 20 princípios centram-se na igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas, e proteção e inclusão sociais, tocando, assim, em todas as áreas importantes para a construção de sociedades justas e inclusivas. Para implementar o Pilar e criar resultados positivos e tangíveis para as pessoas, a Comissão apresentou o Plano de Ação em 2021.

“O Pilar Europeu dos Direitos Sociais desempenha um papel crucial na configuração do futuro da Europa, posicionando as pessoas e a coesão social no fulcro da estratégia de desenvolvimento económico.”

Este define iniciativas-chave que a Comissão se comprometeu a realizar durante o atual mandato e estabelece três metas sociais a nível da UE nas áreas de emprego, competências e redução da pobreza, a serem alcançadas até 2030, e nas quais os Estados-Membros estão agora a trabalhar. Durante este mandato, temos estado empenhados em transformar princípios em ação, lançando iniciativas que vão desde a Agenda de Competências para a Europa, a salários mínimos adequados, a cuidados de longa duração.

O panorama europeu tem sido marcado por crises sem precedentes, desde pandemias a conflitos geopolíticos. Nesses momentos, em muitos Estados, as organizações da economia social, pela sua capilaridade nos territórios, desempenharam um papel importante no apoio aos mais vulneráveis. Crê que estas entidades possam constituir um instrumento para uma sociedade mais resiliente?

As crises que enfrentamos sublinham a necessidade premente de evoluir para um modelo económico assente na equidade, resiliência e sustentabilidade. Creio que a economia social está na vanguarda desta transformação.

As entidades da economia social atendem frequentemente às necessidades dos grupos mais vulneráveis, criando, por exemplo, oportunidades económicas que promovem a inclusão social e a sua integração no mercado de trabalho.

Oferecem formação profissional adaptada e programas de formação no local de trabalho, contribuindo para a obtenção de uma força de trabalho qualificada e adaptável, necessária para uma transição bem-sucedida. Estas entidades geralmente operam próximas das comunidades locais, o que as coloca numa posição ideal para promover a inovação social localizada, desenhando soluções que possam ser ampliadas e replicadas e que contribuam para uma mudança social sistémica.

Ao promover a economia social, estamos efetivamente a estabelecer as bases para uma sociedade que não só é mais capaz de resistir a crises, mas também intrinsecamente mais justa e sustentável.

Relativamente ao setor da economia social, acredita que o Plano de Recuperação e Resiliência da UE será eficaz em atender às necessidades urgentes em infraestruturas e respostas sociais e na melhoria de competências das organizações e dos seus recursos humanos?

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência é a peça central do NextGenerationEU, o plano da UE para emergir mais forte e resiliente da crise provocada pela Covid-19. Para beneficiarem do apoio ao abrigo do Mecanismo, os Estados-membros prepararam planos de recuperação e resiliência que apresentam um pacote coerente de reformas e iniciativas de investimento a serem implementadas até 2026. No geral, cerca de

“Ao promover a economia social, estamos efetivamente a estabelecer as bases para uma sociedade que não só é mais capaz de resistir a crises, mas também intrinsecamente mais justa e sustentável.”

30% dos fundos do MRR foram alocados a projetos sociais, seja em saúde, programas de formação ou projetos de inclusão social.

O plano de recuperação português tem uma forte dimensão social, com investimentos destinados, entre outros, ao fortalecimento do Serviço Nacional de Saúde (1,68 mil milhões de euros) e ao aumento da oferta de soluções de habitação social para vários grupos-alvo (no total de 3,2 mil milhões de euros), ao aumento dos níveis de qualificação da população, incluindo para a dupla transição, e à expansão da cobertura de serviços sociais, incluindo cuidados de longa duração e ações para pessoas com deficiência. Além disso, o plano prevê 250 milhões de euros para apoiar intervenções sociais em áreas metropolitanas desfavorecidas.

“Para capitalizar o potencial da economia social, é necessário elevar o seu perfil”

A economia social é um universo caracterizado pela diversidade de entidades, modelos de organização, funcionamento e finalidades, que se move em diferentes quadros políticos e jurídicos específicos de cada Estado. O que pode fazer a UE para criar um ambiente propício a uma economia social próspera, seja ao nível da fiscalidade, da contratação pública, dos apoios públicos, entre outros? De que forma o Plano de Ação Europeu para a Economia Social pode alavancar uma economia centrada nas pessoas e no planeta e fortalecer o papel deste setor, que representa 2,8 milhões de organizações?

Para capitalizar o potencial da economia social, é necessário elevar o seu perfil e fomentar um ambiente propício ao seu desenvolvimento e crescimen-

to. Nesse sentido, a Comissão apresentou o plano de ação sobre a economia social em dezembro de 2021, que delineia um conjunto de ações a serem implementadas até 2030.

Uma das prioridades estabelecidas é o apoio ao desenho de leis, políticas e medidas mais adaptadas à economia social em vários níveis de governança, tendo em conta a diversidade de tradições nacionais, modelos organizacionais e formas legais. Por exemplo, a recomendação recentemente adotada pelo Conselho sobre o desenvolvimento de estruturas para a economia social apoiará os Estados-Membros no desenvolvimento de estratégias de apoio à economia social, considerando aspetos como o acesso ao financiamento, contratação pública socialmente responsável, tributação e ajudas de Estado. Além disso, abre novas oportunidades para a

economia social, facilitando o acesso a recursos financeiros, serviços de apoio empresarial e redes, e visa aumentar o reconhecimento da economia social e do seu potencial, alavancando a investigação, a recolha de dados e atividades de comunicação. O lançamento, pela Comissão, do portal para a Economia Social em 2023 marcou um passo significativo nesta direção. Esta plataforma online fornece um recurso centralizado para as partes interessadas da economia social obterem informações sobre políticas e oportunidades de financiamento da UE, orientação especializada, dados factuais e melhores práticas.

Que importância atribui à recente criação, em Bruxelas, da I.S.E.O. - Organização Internacional da Economia Social, que se propõe congregar as



organizações do setor e em que medida poderá a UE apoiar a sua missão? Um dos objetivos é promover a reflexão e o debate entre as organizações sociais, as instituições europeias e internacionais, sobre as grandes questões da economia social. Está disponível para colaborar e participar nesse debate?

As redes de economia social, tais como a Organização Internacional da Economia Social, assumem um papel preponderante na mobilização de esforços coletivos, assegurando que as vozes da economia social sejam não só amplificadas, mas também incorporadas nas deliberações políticas em âmbitos europeus e globais.

A dedicação da Comissão ao diálogo com as entidades e representantes da economia social é evidenciada pelo

Grupo de Especialistas em Economia Social e Empresas Sociais (GECES), que presta assessoria à Comissão em iniciativas políticas associadas à economia social e às empresas sociais. A Comissão também fomenta diversas redes europeias de economia social com subsídios operacionais através do Fundo Social Europeu+. Estas redes são essenciais para robustecer a economia social, pois potenciam a capacidade dos seus membros em consolidar recursos, promover sinergias, trocar conhecimentos e desenvolver plataformas para aprendizagem recíproca e fortalecimento de

competências. A Comissão encontra-se numa posição privilegiada para apoiar os objetivos da I.S.E.O., promovendo um ambiente propício e auxiliando no desenvolvimento de quadros regulatórios adequados à economia social. Este apoio materializa-se através da implementação do Plano de Ação sobre a Economia Social e da recomendação do Conselho acerca do desenvolvimento de condições estruturais para a economia social. Aguardamos com grande expectativa as iniciativas que serão levadas a cabo pela I.S.E.O. e o impacto transformador que visam alcançar.

“Aguardamos com grande expectativa as iniciativas que serão levadas a cabo pela I.S.E.O. e o impacto transformador que visam alcançar.”

“O crescimento da economia social na Europa está a ter repercussões à escala global”

A Europa está a dar passos no sentido de robustecer e conferir uma maior visibilidade e reconhecimento da economia social. Como avalia a possibilidade de a Europa e as suas organizações do setor fomentarem a cooperação com as suas congéneres à escala global?

O crescimento da economia social na Europa está a ter repercussões à escala global, como demonstrado por iniciativas de grandes organizações internacionais. As Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho adotaram resoluções reconhecendo a economia social e solidária, e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) emitiu uma recomendação sobre a economia social e solidária e a inovação social.

Acreditamos que a economia social e os seus modelos necessitam de ser apoiados globalmente. Foi por isso que a Comissão colaborou com a OCDE para lançar uma Ação Global (2020-2023) para promover a economia social, abrangendo todos os países da UE e países não pertencentes à UE, como Brasil, Canadá, Índia, Coreia, México e Estados Unidos. Esta ação tem sido fundamental para elevar o perfil da economia social e fornecer recomendações em áreas-chave, incluindo quadros legais e medição do impacto social. Cumprindo os compromissos delineados no Plano de Ação sobre a Economia Social, a Comissão está ativamente empenhada em melhorar o acesso ao financiamento para empreendedores sociais nos Balcãs Ocidentais, na

Parceria Oriental e na Vizinhança Meridional. Isso envolve lançar medidas para estimular atividades de base e auxiliar intermediários na criação de instrumentos financeiros adaptados às necessidades das entidades da economia social. Estão também em curso esforços para associações com delegações da UE em países não pertencentes à UE, a fim de promover o desenvolvimento de medidas para a economia social através do instrumento de Assistência Técnica e Intercâmbio de Informações.

A ênfase em reforçar o papel da economia social, para além das fronteiras da UE, é refletida na recomendação do Conselho. A recomendação insta os Estados-Membros a reforçarem o lugar da economia social nas suas políticas de cooperação e desenvolvimento



internacionais, e a fortalecerem o seu apoio às entidades de economia social nos países em desenvolvimento.

Que contributo poderá dar o mutualismo para a construção de uma Europa social forte?

As associações mutualistas constituem uma parte essencial da economia social e lideram práticas económicas profundamente enraizadas na solidariedade, reciprocidade e governação democrática. Estas associações oferecem serviços sociais e de saúde adaptados a grupos sociais específicos, incluindo as pessoas mais vulneráveis, contribuindo para reduzir a lacuna na proteção social.

Desempenham também um papel importante na promoção da inclusão social e no desenvolvimento comunitário, especialmente em áreas rurais, onde frequentemente representam a única fonte de apoio social e assistência. Proporcionam um sentimento de pertença e comunidade aos seus associados e organizam frequentemente eventos culturais e educativos que reforçam a solidariedade e a coesão social. Ao atender às necessidades comunitárias e fornecer uma rede de segurança para aqueles em necessidade crítica, o mutualismo contribui para a resiliência e sustentabilidade geral do tecido social europeu e desempenha um papel importante na construção de uma Europa social mais forte.

“O mutualismo contribui para a resiliência e sustentabilidade geral do tecido social europeu e desempenha um papel importante na construção de uma Europa social mais forte.”



A sustentabilidade dos sistemas públicos de saúde e proteção social é uma ameaça que paira no ar, gerando muita incerteza, especialmente nos jovens, relativamente ao futuro. Não estará na hora de a Europa equacionar seriamente uma parceria mais efetiva com as entidades da economia social, como as mutualidades, no sentido de estimular, até pela via pedagógica, regimes complementares que assegurem um nível digno de proteção social e de acesso aos cuidados de saúde?

A Europa enfrenta atualmente as profundas implicações de uma população envelhecida, uma mudança demográfica que exerce uma pressão considerável nos sistemas de saúde e bem-estar social. As associações mutualistas estão bem posicionadas para mitigar este de-

“A Europa enfrenta atualmente as profundas implicações de uma população envelhecida, uma mudança demográfica que exerce uma pressão considerável nos sistemas de saúde e bem-estar social.”

safio, oferecendo soluções rentáveis adaptadas às necessidades específicas dos seus associados.

O Estado beneficia de uma relação sinérgica com a economia social, que pode

explorar abordagens inovadoras para a prestação de serviços sociais que complementem eficazmente os serviços públicos existentes. Reconhecendo este potencial, incluímos uma série de recomendações para tais parcerias na recomendação do Conselho sobre o desenvolvimento de condições de base para a economia social.

As mutualidades e o setor social têm uma presença de grande relevo na prestação de cuidados de saúde, seja no âmbito da prevenção, tratamento ou acompanhamento. Em que medida é esperado o seu contributo para melhorar a resiliência dos sistemas de saúde na Europa e a proteção dos cidadãos?

Tomando Portugal como um caso exemplar, as associações mutualistas

“Tenho uma forte convicção nos princípios da economia social”

estabeleceram com sucesso acordos com o Ministério da Saúde, fornecendo serviços de saúde de qualidade e acessíveis aos seus associados. Também celebraram acordos com a Segurança Social e empresas locais para garantir taxas reduzidas em vários serviços para os seus associados.

Estas iniciativas encarnam as melhores práticas que estamos empenhados em promover por toda a Europa.

Desempenhando um cargo influente dentro da Comissão Europeia, como gostaria que as suas contribuições fossem lembradas pelos cidadãos europeus, particularmente no domínio da economia social?

Acredito que se possa estabelecer uma ligação muito clara entre o recente im-

pulso adquirido pela economia social e o trabalho desenvolvido pela Comissão nos últimos anos. Sinto um grande orgulho por ter estado à frente do lançamento e implementação do Plano de Ação sobre a Economia Social, que define uma trajetória clara para o apoio da Comissão à economia social nos próximos anos.

O Plano de Ação já está a dar frutos e, com a adoção da recomendação do Conselho sobre o desenvolvimento de condições de base para a economia social, esperamos ver um efeito positivo e duradouro nos quadros de apoio e políticas para a economia social em toda a Europa.

Foi recentemente homenageado com o “Prémio de Mutualismo e Solidariedade Internacional” pela União das

Mutualidades Portuguesas, levando em conta o contributo que tem prestado ao desenvolvimento da economia social e à centralidade que tem atribuído à construção de uma Europa Social. Que significado tem para si?

Foi uma honra. Considero este prémio um reconhecimento do trabalho realizado pela Comissão de Von der Leyen com vista à construção de uma UE mais justa e sustentável, em particular através da promoção da economia social. Tenho uma forte convicção nos princípios da economia social e é com grande satisfação que atuo como um defensor ativo do seu avanço. Este reconhecimento não só honra as realizações passadas, mas também reforça o nosso compromisso coletivo em nutrir o futuro da economia social. ■



Ana Mendes Godinho
Ministra do Trabalho, Solidariedade
e Segurança Social

Pilar Europeu dos Direitos Sociais: Portugal no centro de uma Europa forte, solidária e inclusiva

“Somos um compromisso social.”

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais define os princípios basilares da estratégia comunitária para a década, estruturada em três grandes objetivos: igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; condições de trabalho justas; proteção social e inclusão. Em 2021, durante a Presidência Portuguesa do Conselho Europeu, a Cimeira Social do Porto constituiu um momento alto de compromisso e foi o palco para a assinatura do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, com objetivos sociais conjuntos assumidos pela primeira vez pelos parceiros sociais, pelas instituições europeias e pela sociedade civil.

Compromisso porque foi na resposta a esse avassalador desafio que a Europa afirmou a premência de colocar as pessoas e a dimensão social em primeiro lugar. Os Estados-Membros da União assumiram, ao mais alto nível, o propósito de mobilização sem precedentes de esforços não só para salvar vidas como para defender o próprio modo de vida coletivo, assente em respostas concretas às Pessoas.

Assim, até 2030, a Europa a 27 comprometeu-se a: aumentar a taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos para, pelo menos, 78% (Portugal assumiu 80%); aumentar a taxa anual de participação de adultos em forma-

ção para, pelo menos, 60%; reduzir a população em risco de pobreza ou exclusão social em, pelo menos, 15 milhões de pessoas (765 mil pessoas no caso de Portugal), das quais pelo menos 5 milhões devem ser crianças (161 mil em Portugal).

Com estas metas, renovámos o contrato social europeu e comprometemo-nos a desenvolver respostas inovadoras e inclusivas para enfrentar os desafios.

Compromisso reforçado no passado mês de maio, no Fórum Social do Porto, por 37 líderes europeus.

No Ano Europeu das Competências, o modelo social europeu afirma-se como uma vantagem a nível mundial.

“Só no último ano, cumprimos quatro grandes desígnios de transformação social.”

E políticas sólidas em matéria de competências, educação e formação podem criar melhores empregos e uma integração mais rápida no mercado de trabalho, promovendo a inclusão social e, consequentemente, aumentando a resiliência e a competitividade da economia e da sociedade.

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais permanece, assim, bem vivo e a fornecer duradoura resposta aos reptos de um mundo em acelerada e exigente mudança.

Portugal posiciona-se no centro deste debate. E na dianteira da concretização. Só no último ano, cumprimos quatro grandes desígnios de transformação social:

A Agenda do Trabalho Digno, com mais de 70 medidas que visam o combate a todas as formas de precariedade, a valorização dos jovens no mercado de trabalho, a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, o aumento da proteção social e a promoção do diálogo social e da negociação coletiva.

O Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e Competitividade, fruto do compromisso coletivo para acelerar o crescimento da produtividade, promover o aumento do peso dos salários no PIB e garantir uma melhor distribuição da riqueza.

A Gratuidade das Creches, medida em progressiva universalidade, que em menos de um ano após a implementação já abrange 60 mil crianças.

A Garantia para a Infância, que assegura a todas as crianças e jovens com menos de 18 anos, em risco de pobreza extrema, um montante anual global do abono de família de 1200 euros.

Com uma taxa de desemprego historicamente baixa, alcançámos níveis recorde de emprego: praticamente 5 milhões de trabalhadores registados na Segurança Social.

Quase mais 200 mil do que há um ano e mais 1 milhão em comparação com 2015.

No primeiro trimestre de 2023, registou-se uma valorização homóloga de 8% nos salários, com a receita das contribuições sociais a crescer acima de 13%, contribuindo para a sustentabilidade de um sistema que é de todos para todos.

A taxa de emprego entre os 20 e os 64 anos era, em 2020, de 74,2%. Em 2022 situava-se nos 77,5%, cima da média europeia e já em valores superiores ao do período pré-pandemia.

Quando faltam 7 anos para 2030, Portugal já cumpriu praticamente a meta assumida pela UE (78%) e está a caminho de cumprir a meta mais ambiciosa que assumiu.

Do mesmo modo, já alcançámos mais de 80% da meta de combate à inatividade entre os 15 e os 29 anos (Jovens NEET): para um objetivo, até 2030, de entre 7% e 8%, Portugal tinha em 2022 uma taxa de 8,4% (11% em 2020), que compara com os 11,7% da média europeia.

Esta aceleração manifesta-se, igualmente, na redução para 5,6% da taxa de desigualdade de género no emprego, que coloca o nosso país em praticamente metade da média europeia (10,7%) e em boa perspetiva de diminuir para menos de 3% até 2030. Aliás, a taxa de emprego das Mulheres é, em Portugal, 5,5% superior à média europeia.

O contínuo desafio pandemia, da guerra e da crise inflacionária nunca nos inibiu. Antes reforçou a nossa determinação para a reinvenção permanente. Colocando, sempre, as Pessoas no centro das políticas públicas. Sem nos desfocarmos daquilo que é verdadeiramente importante e estruturante para o futuro.

Muito feito. Mas muito a fazer.

Assumindo a economia social como Parceiro determinante na concretização desta ambição coletiva de uma sociedade mais justa e inclusiva, com igualdade de oportunidades, decidimos criar, pela primeira vez, um Centro de Competências dedicado exclusivamente à Economia e Inovação Social que, acredito, será um motor de desenvolvimento, apoio e incentivo para que a Economia Social ganhe ainda mais peso em Portugal.

Por outro lado, mobilizámos um investimento sem precedentes na requalificação e no alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais de cerca de 900 milhões de euros.

Queremos, mais uma vez, que Portugal esteja na dianteira das respostas inovadoras, da infância à inclusão e ao apoio a uma vida plena.

Contamos, para isso, com a parceria e o envolvimento ativo do Movimento Mutualista em Portugal, com toda a dinâmica reconhecida na proteção social, saúde, educação, ação social, turismo e lazer, caixas económicas, formação profissional, cultura e outras áreas em que o Mutualismo está presente.

Juntos, continuaremos a lutar pela plena concretização dos princípios do Pilar dos Direitos Sociais.

Os resultados mostram que vale a pena. Somos um compromisso social. ■



DR

Luísa Salgueiro
*Presidente da Associação Nacional
 de Municípios Portugueses*

O trabalho na área da Ação Social é uma missão comum aos municípios e às mutualidades

“A transferência de competências da Administração Central para a Administração Local no setor da Ação Social representa um desafio tanto para os municípios como para as mutualidades.”

A transferência de competências da Administração Central para a Administração Local no setor da Ação Social representa um desafio tanto para os municípios como para as mutualidades. É, por isso, que a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) se empenhou, desde o início do processo, tanto na negociação com o Governo, como no estabelecimento de um Protocolo de Cooperação com as mutualidades portuguesas. Entendemos que o sucesso deste processo de descentralização na Ação Social depende do nosso

trabalho conjunto e é nisso que estamos empenhados.

Desde 3 de abril, com a universalidade da transferência de competências na área da Ação Social, o nosso país passou a ter uma nova forma de avaliação e uma nova capacidade de resposta social às populações. De acordo com o novo diploma da Ação Social, que resultou do Acordo setorial de compromisso no domínio da Ação Social assinado entre a ANMP e o Governo, foi feita uma revisão total do financiamento das

competências descentralizadas na Ação Social, reforçando os montantes anuais a transferir para os municípios em todas as áreas que já constavam do anterior diploma e introduzindo financiamento adicional para novas áreas.

Assim como se introduziu, pela primeira vez, regras que garantem equidade territorial, havendo um rácio que garante igual esforço e capacidade de resposta dos técnicos em cada município. Mais, com este novo diploma, cujo objetivo primordial assenta na promoção de

uma equitativa distribuição de recursos de acordo com as características e indicadores de cada território, no sentido da realização de um acompanhamento social de proximidade a cidadãos e famílias em situação de vulnerabilidade, passa a ser também atribuído um apoio para as despesas com instalações e funcionamento de estruturas em todos os municípios.

Portanto, foram criadas as condições para que os municípios possam desenvolver um trabalho mais célere e mais eficaz em prol das populações, principalmente as pessoas mais vulneráveis que precisam dos apoios eventuais, dado que a verba destinada a estes apoios também foi reforçada com este novo diploma. Deste modo, reunimos as condições para trabalharmos em prol das populações, combatendo as desigualdades nos territórios e entre os diferentes territórios e, por essa via, promovemos uma maior coesão social, tão fundamental para a coesão territorial de que o nosso país tanto precisa para ser cada vez mais desenvolvido.

É esse combate que nos move: trabalhar em prol das nossas populações, implementando medidas adequadas à situação social e económica de cada município, de modo a não deixar nin-

guém para trás. É esse trabalho que tem sido realizado pelas autarquias locais, nas últimas quase cinco décadas, e que está na origem de uma evolução positiva na qualidade de vida das nossas populações. Desde as áreas prioritárias para uma vida com dignidade - como a água potável, a eletricidade e o saneamento -, à educação, saúde, desporto, cultura, lazer..., foi feita, pelos municípios, mas também pelas instituições de solidariedade social, uma obra notável que abriu a possibilidade de vivermos num país mais desenvolvido.

Foi por reconhecermos esse papel relevante às mutualidades que a ANMP assinou (em março de 2023) um Protocolo de Cooperação com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, a União das Misericórdias Portuguesas, a União das Mutualidades Portuguesas e a Confederação Cooperativa Portuguesa, que pretende aprofundar a cooperação entre os municípios e as instituições do setor social, sobretudo no atual contexto de descentralização na área social. A descentralização não significa que as autarquias se querem substituir ao setor social, mas tão só que querem trabalhar em complementaridade com as mutualidades, no sentido de ajudarem os que mais precisam da intervenção municipal e social.

***“É esse combate
que nos move:
trabalhar em prol das
nossas populações,
implementando
medidas adequadas
à situação social
e económica de cada
município, de modo
a não deixar
ninguém para trás.”***

A cooperação entre os municípios e as instituições do setor social e solidário contribui, desde há muito, para a promoção de novas formas de desenvolvimento local. Os municípios têm um papel preponderante na intervenção social, na disponibilização e mobilização de serviços e recursos em prol das populações, mas é fundamental a participação das instituições de solidariedade social para o fortalecimento da proteção social atualmente garantida, pois é da cooperação articulada e concertada que são encontradas as melhores soluções para os cidadãos. ■



DR

Ricardo Rio

*Presidente da Câmara Municipal de Braga
Membro do Comité das Regiões Europeu*

A Economia Social na Europa

“A economia social desempenha um papel essencial na comunidade local e é um sector vital para a Europa atingir um desenvolvimento sustentável e inclusivo.”

A economia social desempenha um papel essencial na comunidade local e é um sector vital para a Europa atingir um desenvolvimento sustentável e inclusivo. É uma área que tem vindo a crescer e que se revela bastante importante para lidar com questões como a pobreza, a desigualdade, a educação, a habitação ou a sustentabilidade ambiental.

Várias empresas, instituições e organizações sem fins lucrativos desenvolvem já projectos que criam um resultado social muito positivo para os cidadãos. Neste âmbito, destaco o forte interesse das cidades na promoção da economia

social, revelando-se o nível de governança mais empenhado em promover este sector. Vários líderes locais e regionais reconhecem a importância de um ecossistema vibrante nesta área para a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Em Fevereiro deste ano, tive a oportunidade de ser relator do Comité Europeu das Regiões de um parecer sobre o tema ‘Criação de um ambiente favorável à economia social - a perspectiva local e regional’. Nesse documento estão identificados vários desafios e oportunidades para o desenvolvimento do sector. Para que a economia social

continue a ganhar relevância, é essencial que existam condições de financiamento acessíveis, transparentes e estáveis no que diz respeito à promoção do sector. A falta de acesso aos fundos é um dos principais entraves à promoção do empreendedorismo social.

As autoridades locais e regionais devem desenvolver processos e normas de contratação pública socialmente responsáveis, prestando a devida atenção aos agentes económicos que apresentam uma perspectiva de inclusão social, assim como preocupações ambientais. Outro aspecto fundamental passa pela necessidade de melhor regulamentação

ção e enquadramento da economia social, tanto a nível europeu como nacional. No parecer apresentámos soluções e novos instrumentos para impulsionar a economia social, abordando uma vasta gama de questões como a diversidade de definições, quadros legais, apoio em matéria de financiamento ou diferentes métodos de recolha de dados em toda a União Europeia.

Do mesmo modo, propomos uma abordagem de partilha de boas práticas através da geminação entre territórios já experientes no desenvolvimento de ecossistemas locais e quadros jurídicos relacionados com a economia social e outros com menos experiência nesta matéria.

Apelamos igualmente à criação de oportunidades de formação e capacitação para as entidades sociais a nível local poderem mudar e escalar o seu modelo de negócio de modo a obterem uma maior resiliência, autonomia e atractividade de carreiras no sector da economia social.

Apontamos ainda outras medidas como a criação do título oficial de Capital Europeia da Economia Social; a nomeação de “embaixadores nacionais” da econo-

mia social; a criação de um Observatório formal da Economia Social na Europa e o incentivo aos Estados-Membros para que mobilizem recursos do financiamento da União Europeia, incluindo o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, e estabeleçam, com a ajuda do InvestEU, um Fundo de Garantia para entidades da economia social.

Em Braga temos já um longo caminho percorrido na promoção do sector. Fomos uma das cinco cidades portuguesas escolhidas para ser a Capital Europeia da Economia Social em 2021, um reconhecimento importante do trabalho desenvolvido nesta área. O Município de Braga foi ainda um dos primeiros a apresentar o seu compromisso com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, no âmbito da iniciativa Eurocities, e realizamos vários projectos em conjunto com os agentes locais para reforçar o apoio social a várias franjas da população.

Desenvolvemos iniciativas relevantes neste campo, tais como o Human Power Hub - Centro de Inovação Social de Braga ou o Centro de Juventude de Braga, onde os Direitos Humanos e os ODS's são trabalhados de uma forma especial.

“Vários líderes locais e regionais reconhecem a importância de um ecossistema vibrante nesta área para a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável.”

Em conjunto com as instituições sociais locais, criámos diferentes projectos financiados pela União Europeia, como o Red May, um projecto personalizado de apoio e prevenção da demência, dirigido a pessoas com mais de 55 anos, ou o Projecto Geração Tecla E8G, para promover a inclusão social das crianças e jovens mais vulneráveis que vivem no Bairro Social de Santa Tecla.

Acredito que este é o caminho que devemos seguir para aumentar a visibilidade do sector, que é uma parte da economia impulsionada principalmente por interesses colectivos, bem como por objectivos sociais e ambientais. ■



Pedro Barbosa

*Atuário Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses
Atuário Certificado pela ASF para fundos de Pensões*

A reinvenção do Mutualismo: Navegando desafios e capitalizando oportunidades

“É vital reflectir e debater sobre o futuro das modalidades mutualistas, incluindo a gestão, o público-alvo, e a sustentabilidade a longo prazo.”

Na actual era de evolução acelerada e mudança constante, o mutualismo, um pilar fundamental da nossa sociedade, está confrontado com a inevitável necessidade de se adaptar e evoluir. Vivemos num mundo crescentemente interconectado, onde os desafios se globalizam e as soluções precisam ser criativas e abrangentes. Diante deste cenário, é vital reflectir e debater sobre o futuro das modalidades mutualistas, incluindo a gestão, o público-alvo, e a sustentabilidade a longo prazo. As recentes dinâmicas intergeracionais e eventos ex-

tremos, como a pandemia da COVID-19, deixaram a descoberto as vulnerabilidades das nossas estruturas actuais, ressaltando a urgência de pensamento proactivo e inovação. A modalidade de funeral, como exemplo, enfrenta impactos significativos em decorrência da elevada faixa etária média dos seus participantes. As mudanças sociais relacionadas à percepção sobre a morte têm levado a uma adesão reduzida entre as gerações mais jovens, diminuindo a partilha de risco intergeracional. Eventos extremos recentes intensificaram essa

situação, questionando a sustentabilidade deste modelo. É crucial adoptar uma abordagem unificada e estratégica para analisar e remodelar esta modalidade. Propomos a criação de um grupo de trabalho colaborativo com o Ministério do Trabalho e da Segurança Social, objectivando a análise técnica e transversal da modalidade de funeral dentro do movimento mutualista. O objectivo é superar respostas isoladas à insustentabilidade e desenvolver soluções estratégicas de longo prazo. Em relação às modalidades de capitalização, muitas associações



“Esta é uma jornada que devemos empreender colectivamente, certificando-nos de que o mutualismo permanece como um motor para uma sociedade cada vez mais inclusiva e solidária.”

mutualistas enfrentam limitações financeiras que comprometem sua gestão, em comparação às seguradoras. Uma possível solução seria centralizar esta gestão na União das Mutualidades Portuguesas ou numa associação com capacidade reconhecida, garantindo estabilidade e eficiência ao sistema. Embora enfrentem desafios, as associações mutualistas possuem um papel relevante no presente e promissor para o futuro. Com foco na economia local, é imperativo que busquem maneiras inovadoras e inclusivas para atender às necessida-

des das comunidades nas quais estão inseridas, garantindo sua relevância no mundo contemporâneo. Nos deparamos, portanto, com um desafio fundamental: repensar e reformular as modalidades existentes, assegurando sua sustentabilidade e adaptabilidade, enquanto se desenvolvem novas modalidades mutualistas que correspondam aos desafios e oportunidades da sociedade actual. As associações mutualistas têm a capacidade e a responsabilidade de desempenhar um papel significativo na nossa sociedade, mas devem alinhar

suas práticas e abordagens com as necessidades emergentes e as dinâmicas em constante transformação. Em síntese, o mutualismo necessita de inovação, reformulação de estratégias e modalidades, e uma acção decidida para assegurar sua sustentabilidade e relevância no mundo contemporâneo. Esta é uma jornada que devemos empreender colectivamente, certificandonos de que o mutualismo permanece como um motor para uma sociedade cada vez mais inclusiva e solidária, como actuário estou comprometido. ■

Desafios e oportunidades de um setor em transformação



Rita Pereira, Investigadora, e Teresa Carvalho, Coordenadora do Estudo, ambas Investigadoras da Universidade de Aveiro.

Estudo “As Organizações Mutualistas na Sociedade Portuguesa do Século XXI” analisa o setor, suas particularidades e fragilidades, seus desafios e potencialidades. A força do movimento mutualista é evidente.

O conceito de Economia Social e o seu lugar no Mundo. A evolução do Terceiro Setor e o seu papel e trabalho na comunidade. O Mutualismo e a sua importância em várias dimensões. Os caminhos que desbravou e os horizontes que quer abrir. O estudo “As Organizações Mutualistas na Sociedade Portuguesa do Século XXI”, realizado pela Universidade de Aveiro, sob coordenação de Teresa Carvalho, para a União das Mutualidades Portuguesas, analisa números, dados, informações. Traça o diagnóstico de uma área em evolução e avança com recomendações. Uma investigação que analisa o conceito de Mutualismo, seu enquadramento emergente, identifica potencialidades de expansão e fragili-

dades do setor da Economia Social em Portugal. E perspetiva cenários.

A partir de meados do século XX, o Terceiro Setor ganha maior expressão económica e capta o interesse das ciências sociais e políticas. Não substitui o Estado, mas afirma-se num contexto de complementaridade, primeiro como instituições que colmatam necessidades económicas e sociais provocadas pela Grande Depressão do século XIX.

“Um setor alternativo entre o Estado e o mercado que é preenchido por organizações que são capazes de combinar o espírito empresarial e a eficácia organizacional de negócios com a orientação do bem comum como da administração pública do Estado”, lê-se no estudo.

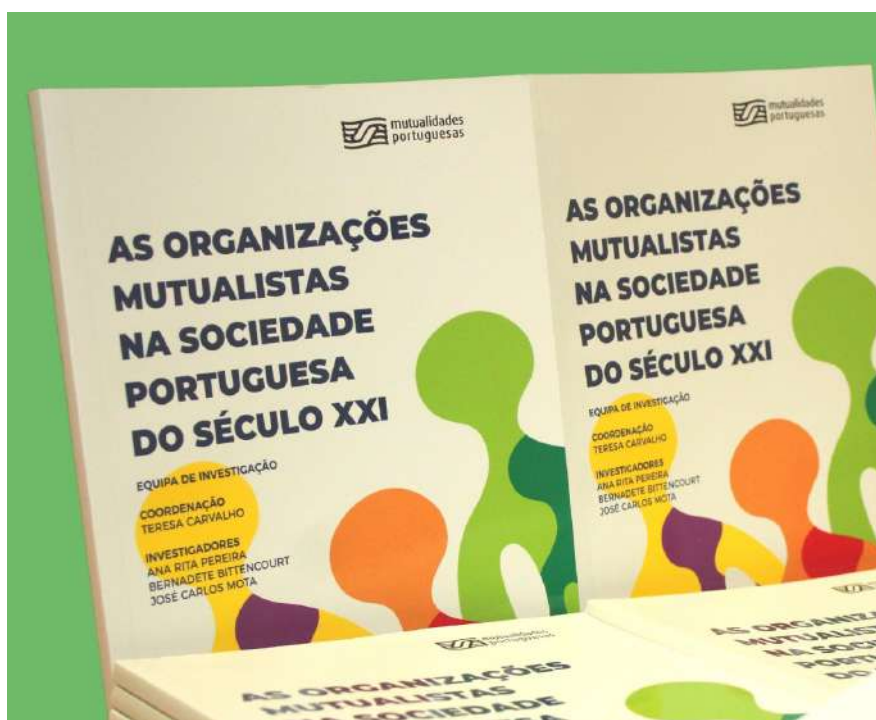
O Movimento Mutualista destaca-se como mobilizador de recursos económicos e vínculos de solidariedade, da do sentido à cidadania local, inovação

em políticas, dinamismo territorial. E a sua força mostra-se em várias frentes.

Apesar de faltar uma definição clara e rigorosa do conceito de Economia Social, e do próprio terreno onde se movimentou, desde 2010, com os primeiros resultados das contas satélite, soube-se que Portugal, entre os 23 estados-membros, posicionou-se como o terceiro país com maior representatividade do setor Economia Social em termos de Valor Acrescentado Bruto (VAB).

“Desde 2008, no cenário de crises socioeconómicas que afetam a sociedade mundial, as organizações da Economia Social têm contribuído para a criação de emprego, a conservação de postos de trabalho em setores ou empresas em crise e/ou em vias de desaparecimento”.

“Estas organizações têm propiciado o aumento dos níveis de estabilidade



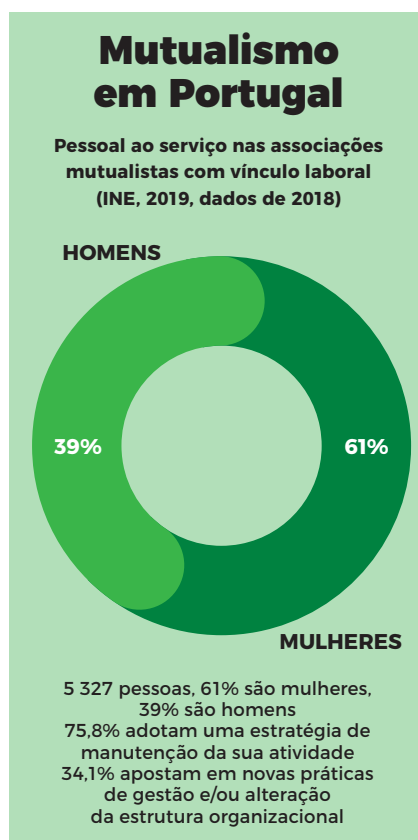
A Economia Social dá respostas que nem o Estado nem o mercado conseguem dar.

no emprego, a conservação de certas tradições, a exploração de novos postos de trabalho e a inserção no mercado de trabalho de grupos, especialmente desfavorecidos, e próximos da exclusão social", refere a pesquisa.

Em Portugal, estão registadas cerca de uma centena de associações mutualistas, que concedem benefícios complementares de saúde e segurança social a mais de um milhão de associados e cerca de dois milhões e meio de beneficiários, e que geram um valor acrescentado bruto de 380 milhões de euros na economia nacional. Há 54 organizações filiadas, a maioria no Norte do país e faixa litoral. Além de soluções de previdência social, as mutualidades operam na área da saúde, prestando assistência médica e medicamentosa, através de hospitais e clínicas mutualistas e farmácias sociais. Prosseguem respostas sociais dirigidas à infância, aos idosos e aos cidadãos mais

vulneráveis, proporcionam formação profissional e habitação a custos acessíveis, entre outras atividades. A Economia Social, no qual se insere o setor do Mutualismo, dá respostas que nem o Estado nem o mercado conseguem dar. O Parlamento Europeu também reconhece o seu papel.

"A coesão social, o emprego, a criação e manutenção do tecido económico, o reforço da democracia, a inovação social, ambiental e tecnológica, e o desenvolvimento local são esferas em que mais se reconhece, do ponto de vista científico, social e político, o contributo das organizações de Economia Social". O papel de relevo que a Economia Social tem no âmbito da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas manifesta-se em vários objetivos, seja em como alcançar a igualdade de género e empoderamento de todas as mulheres e raparigas, seja na promoção do crescimento económico



inclusivo e sustentável, seja num emprego pleno e produtivo e trabalho digno para todos.

Em 2011, 600 mil pessoas estariam desprotegidas se não fossem as organizações do Terceiro Setor. Há cerca de 14,5 milhões de pessoas com emprego remunerado pela Economia Social. Em 2019, as estruturas da Economia Social mobilizaram 82,8 milhões de voluntários e congregaram mais de 232 milhões de membros em 2,8 milhões de organizações, empregavam 13,6 milhões de trabalhadores (6,3% da população ativa da União Europeia).

Órgãos dirigentes

79,3% de membros do sexo masculino nas direções. Dirigentes de topo são na sua maioria do sexo masculino (93,3%), sendo que em 41,1% das entidades têm mais de 64 anos de idade. 81,1% trabalham em regime de voluntariado. 39% têm licenciatura ou grau académico superior.

(INE, 2019, dados de 2018)

Dificuldades e barreiras a contornar pelo mutualismo



A apresentação do estudo aos mutualistas.

Em Portugal, as organizações do Terceiro Setor têm possibilidade de adotar diferentes formas legais. Apesar das suas raízes bastante antigas, que remontam ao século XII, o movimento mutualista tem procurado estar a par das novas tendências no que diz respeito à garantia de respostas sociais mais inovadoras e a desafios sociais emergentes. O estudo sublinha a sua essência. “Em Portugal, as Mutualidades revelam um aspeto organizativo de natureza económica de contornos sociais e marcadamente solidários, independente da alçada estatal e arredados de fins lucrativos. É por esses motivos que conseguem oferecer produtos e/ou serviços a preços mais económicos, de qualidade, tendencialmente de forma mais acessível à ge-

neralidade da população, comparando com o setor privado”. O panorama internacional mostra, porém, que há vários desafios que se colocam a um setor em franco desenvolvimento. Desde logo, a falta de conhecimento e compreensão dos conceitos de Economia Social no espaço público, na sociedade, no meio académico, bem como a ausência de liderança estratégica e estruturas com competências que definam políticas. “Este domínio não é considerado uma prioridade política, e a Economia Social enfrenta dificuldades que têm de ser incluídas na agenda política dos governos”, avança o estudo. Além disso, as mutualidades têm de fazer um esforço para se rejuvenescer nas áreas de atuação e no público-alvo, atrair novos asso-

ciados, apostar em formas de comunicar e na formação de recursos. Investir em respostas diferenciadas e captar novos públicos.

Um obstáculo para a criação de novas Mutualidades são os elevados requisitos de capital, bem como a falta de conhecimentos especializados e de informação sobre a forma de estabelecer uma nova organização. Outra barreira é o desconhecimento do público das associações mutualistas, quer ao nível da Previdência Social, quer ao nível da saúde ou ao nível da própria ação social como parceiras do Estado. A concorrência das seguradoras que atuam no mercado privado acaba por ser uma ameaça à sustentabilidade do setor mutualista.

Recomendações e boas práticas para melhorar o sistema

“Este domínio não é considerado uma prioridade política, e a Economia Social enfrenta dificuldades que têm de ser incluídas na agenda política dos governos.”

Clarificar as particularidades do setor mutualista, afinar o trabalho de capacitação, rejuvenescer lideranças, rentabilizar recursos, estimular o trabalho colaborativo, criar novas mutualidades e novas áreas de atuação. O caminho é por aqui.

O setor mutualista é uma pedra angular fundamental não só do emprego e da coesão social, mas também da construção e consolidação de um pilar europeu dos direitos sociais. Há muito potencial a explorar. Por isso, arregacem-se as mangas. Criem-se novas estruturas. A criação de novas mutualidades e de novas áreas de resposta permite que se apoiem mais iniciativas e mais diversas, respostas mais inovadoras aos desafios que se colocam às comunidades locais, regionais ou nacionais. Nesse sentido, é necessário remover obstáculos que impeçam a sua constituição ou desenvolvimento.

Há outros passos a dar. Investir num observatório que monitorize, em números, necessidades e características, o que é feito e trace um retrato mutualista em Portugal. Reconhecer e mapear todas as atividades que tenham fins mutualistas, desenvolver modalidades de benefícios que respondam, de forma inovadora, a necessidades sociais dos associados ou das comunidades, explicar as vantagens de ser associado, reforçar o papel importante na área da saúde, saúde preventiva, curativa e de reabilitação e de cuidados continuados e paliativos, assistência medicamentosa, apoio domiciliário, e produtos de apoio como clínicas e meios auxiliares de diagnóstico. As mutualidades são respostas válidas, pelo conhecimento e proximidade, face às dificuldades que os governos atravessam no financiamento dos cuidados de saúde, sustenta o estudo.

A clarificação conceitual e das particularidades da Economia Social e do Mutualismo é um passo que não deve ser saltado, ignorado, considerado pouco importante. O reconhecimento institucional e político começa aqui e a partir daí pode-se falar de uma maior eficiência organizacional e eficácia organizativa, bem como reclamar políticas públicas de apoio às mutualidades.

Novas lideranças, mais abertas e mais transparentes precisam-se. Substituir

uma visão mais conservadora e antiquada, rejuvenescer direções e outros departamentos. Na liderança e governação democrática, sugere-se uma maior participação dos associados, não vistos como meros contribuintes, tal como capacitar e formar os dirigentes das organizações “para que tomem decisões estratégicas mais eficientes e democráticas”. É necessário melhorar a representação de mulheres e de jovens na governação.

A comunicação interna e externa é um fator que não pode ser descurado. Recomenda-se a criação de fóruns de partilha para comunicar experiências, trabalhos, recursos e competências, tanto internamente como com as associadas. É essencial disponibilizar informação relevante através dos canais de comunicação externa, como newsletters, redes sociais, revistas ou outras publicações. Nada disso é apenas um pormenor. Tudo tem a máxima importância. ■

“A criação de novas mutualidades e de novas áreas de resposta permite que se apoiem mais iniciativas e mais diversas.”

As mutualidades também têm respostas no setor da habitação



António Martins de Oliveira



Hélder Pinheiro



Elza Ferreira

A Previdência Portuguesa, instalada em Coimbra, a Previdência dos Ferroviários de Portugal, com sede no Porto, e o Legado Operário de Évora, na cidade alentejana, disponibilizam edifícios e moradias com rendas acessíveis. É tempo de olhar para estes exemplos.

As notícias não param de sair. O preço das casas em Portugal já ultrapassa os 1500 euros por metro quadrado em algumas zonas do país. Lisboa não sai da lista das capitais mais caras da Europa para viver e a habitação pesa bastante nesta balança. Os preços das casas dispararam, subiram 8,7% no primeiro trimestre deste ano segundo o Instituto Nacional de Estatística, o número de vendas caiu mais de 20% no início deste ano e continua a diminuir, o mercado retrai-se, as famílias endividam-se, acumulam rendas em atraso. Entretanto, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) anunciou a atribuição de casas dignas a 26 mil famílias até 2026, num investimento de 1200 milhões de euros, a fundo perdido. Mas não chega. Os

dados indicam 80 mil famílias a viver em precariedade habitacional no nosso país, o triplo das sinalizadas em 2018.

O Governo fez um plano para este setor, apresentou o programa Mais Habitação, o país manifestou-se, algumas medidas foram contestadas. O que está em cima da mesa? A subida das rendas tem limites nos novos contratos. As rendas antigas serão atualizadas pelo valor da inflação. As casas devolutas não podem estar vazias, têm de ser arrendadas. Os licenciamentos serão simplificados. Estas são algumas das bases do novo pacote. Enquanto isso, as associações mutualistas não descuram esta área, apresentam rendas acessíveis, lançam contratos de arrendamento a baixo custo, conce-

dem empréstimos para apoio à compra de habitação própria.

A Previdência Portuguesa (APP), associação mutualista com sede em Coimbra, presta serviços de complementaridade em várias áreas, saúde, educação, segurança social, poupança, apoio social.

A habitação é um setor que lhe tem merecido bastante atenção. O seu património imobiliário é composto por 23 propriedades de várias tipologias, está avaliado em quase 13 milhões de euros, espalha-se por cinco concelhos – Coimbra, Figueira da Foz, Santa Maria da Feira, Vila Franca de Xira e Sintra. A taxa de ocupação é elevada, cerca de 135

A Previdência Portuguesa: Projeto em curso em Santa Maria da Feira para blocos habitacionais.



“O Estado tem tirado alguns benefícios às associações mutualistas que estão a pagar IMI.”

António Martins de Oliveira

inquilinos. O retorno financeiro desta valência é significativo.

A APP concede empréstimos para apoio à habitação própria, até 150 mil euros, por um máximo de 480 meses (40 anos) em prestações mensais. A taxa de juro é indexada à Euribor a seis meses com spread de 3,75%. O processo é simples e sem burocracias. Os empréstimos destinam-se a financiar a compra ou obras de construção, acabamentos ou melhoramentos da habitação própria permanente dos associados efetivos e com as quotas em dia. O arrendamento é feito a associados e não a estudantes, os primeiros têm um desconto de 5% na renda contratada. Há ainda arrendamentos a estudantes.

Os preços variam consoante tipologias, características, localizações. O Estado vai retirando benefícios às associações mutualistas, poucas frações do complexo habitacional da APP está isento de IMI. “É um imposto que também reduz a rentabilidade dos prédios”, observa António Martins de Oliveira, presidente da APP. “O Estado tem tirado alguns benefícios às associações mutualistas que estão a pagar IMI, os partidos políticos não pagam IMI”, acrescenta. E para ter retorno é preciso investir, estar atento, cuidar da manutenção do parque habitacional.

A APP já gastou cerca de três milhões de euros na recuperação do seu património imobiliário. Investir neste pa-

trimónio é uma boa ideia, uma boa estratégia. António Martins de Oliveira explica que esta é também uma forma de garantir “a sustentabilidade” da APP “no presente e no futuro”. Espera terminar o ano com cerca de 800 mil euros de rendas e o objetivo é aumentar este valor.

É investimento que tem retorno e que a associação mutualista aplica. “A financiar atividades da instituição, a apoiar algumas associações, a distribuir pelos associados – fazemos distribuição de melhorias aos associados”, refere. Em 2022, a instituição registou cerca de 710 mil euros em vencimentos de capitais e melhorias, numa altura em que tinha 6608 associados.



Resposta de arrendamento a custos acessíveis da Previdência dos Ferroviários de Portugal.

“Em cada três famílias, duas já têm rendas em atraso de seis meses. As famílias estão a ficar endividadas.”

Hélder Pinheiro

A Previdência dos Ferroviários de Portugal, Associação de Socorros Mútuos, fundada em julho de 1930 por pessoas ligadas ao caminho de ferro, cuidava da parte da habitação aos funcionários do setor até deixar de fazer sentido dadas as circunstâncias e os contextos. De qualquer forma, a instituição continua a dar resposta nesta área, noutros moldes, com outros modelos. A Previdência tem cerca de 200 fogos no centro do Porto, habitação acessível, a baixo custo. Um T1 pode custar 150 euros por mês, um T3 à volta de 220.

Hélder Pinheiro, presidente da Previdência dos Ferroviários de Portugal, sabe que este é um problema com-

plexo que atinge o país de norte a sul, do litoral ao interior. “A habitação tem muito que se lhe diga. O Estado prefere dar dinheiro aos grupos económicos e à banca. O Estado devia ser parceiro das associações e não da banca”, comenta. É uma questão social e o problema agudiza-se. A procura é superior à oferta no caso desta associação. Por isso, olha-se à volta para estudar opções, procurar alternativas, terrenos, parcerias. “Não podemos estar à espera do PRR”, repara Hélder Pinheiro. Há que arregaçar as mangas até porque o panorama não é animador. “Em cada três famílias, duas já têm rendas em atraso de seis meses. As famílias estão a ficar endividadas”, sublinha.





Bairro do Legado do Operário de Évora.

“[O bairro] faz parte da história da cidade de Évora (...) e, ultimamente, apresenta-se rejuvenescido.”

Elza Ferreira

A Sul, o Legado do Operário de Évora, associação mutualista, tem 86 moradias de várias tipologias no bairro, todas elas com quintais frontais, laterais ou nas traseiras, numa zona nobre da cidade, além de outras habitações e espaços comerciais que detém no centro histórico. A habitação ocupa uma parte importante do seu trabalho através de várias respostas a este nível. A instituição lança concursos de arredamento exclusivos para os seus associados. Tudo começou nos anos 40 do século passado, como uma resposta de habitação social, casas económicas, construção em duas fases, ajudas do Estado, numa época em que ainda não existia a Segurança Social. Os edifícios mantêm-se de pé, traça antiga,

várias intervenções de recuperação ao longo dos anos. “É um bairro historicamente relevante em termos de políticas de habitação e uma referência”, sustenta a associação. Uma referência inclusive estudada pela academia. A extensa dimensão do bairro implica enormes encargos em termos de manutenção e reabilitação, feitas gradualmente pela associação. Elza Ferreira, presidente da direção do Legado do Operário de Évora, não esconde a satisfação por este projeto e já o transmitiu publicamente. “Faz parte da história da cidade de Évora. Fico orgulhosa porque o projeto não sofreu qualquer alteração. O bairro continua a ser nossa propriedade, continua a ser dirigido aos associados e, ulti-

mamente, apresenta-se rejuvenescido”. Com mais gente jovem a viver no bairro, que aprecia a localização, a arquitetura, a tipologia. Uma referência também para o mutualismo com vários planos para associados. ■

A extensa dimensão do bairro implica enormes encargos em termos de manutenção e reabilitação, feitas gradualmente pela associação.

Um mealheiro sempre à mão. Garantir o presente, precaver o futuro

Associações mutualistas apresentam modalidades de poupança para gente de várias idades e perfis diversos. Sugerem formas de poupar com planos feitos à medida. Os tempos mudam, as perspetivas também. Uma coisa é certa: ter um pé-de-meia é um conforto.

Todos os meses, Fernanda Castro coloca algum dinheiro de lado. Já passou dos 50 anos, trabalha por conta de outrem, habituou-se a ter um fundo de maneio para qualquer eventualidade, para qualquer emergência. “Não sei o que aí vem, com a subida da inflação, com a crise, com a guerra, tento deixar sempre um bocadinho de parte e não mexer”, conta. Mês após mês. No início de cada ano, surgem as despesas extras, o seguro do carro, o seguro da casa. “Com esse bocadinho que coloco de lado, não custa tanto”, diz. No dia a dia, há sempre imprevistos.

O hábito de poupar pode sofrer oscilações ao longo do tempo, mas a sua importância é sempre valorizada. Em tempos de crise, poupar é fundamental sobretudo para pais com filhos a seu encargo. O passado foi ontem, o futuro é já amanhã. Joaquim Sousa, reformado,

87 anos, cresceu a ouvir que tudo o que se poupa hoje faz diferença amanhã. Ao longo da vida, foi amealhando para construir uma casa, comprar um carro, ter os filhos a estudar, algum desafogo económico. Precavido para qualquer situação. E isso fez diferença, confessa. “Crescemos nesse ambiente de poupar, poupar, e sabemos que é importante”. Ia para a escola com os sapatos na mochila para não os romper, só os calçava quando chegava à sala. “Não gastar tudo o que se ganha, era o que os meus pais diziam. Não pode ser chapa ganha, chapa gasta, mas ir pondo de parte para o que possa aparecer”. A reforma não é muita, vai dando para o dia a dia.

Não gastar hoje para gastar no futuro. Poupar é isso. Tostão a tostão fica o mealheiro cheio. Manuel Campos, 11 anos, sabe que os pais tratam de tudo o que está relacionado com essas coisas

de dinheiro e despesas. Sabe que são precisos euros para comprar o que quer e o que precisa, tem um mealheiro para colocar algumas moedas e notas que lhe dão e que ainda não sabe como vai gastar. “Tenho algum dinheiro no mealheiro, os meus pais é que tratam disso”.

A geração mais jovem olha para o dinheiro de forma mais pragmática, mais imediata, mais utilitária. Mesmo assim, o futuro não lhe passa ao lado. Poupar ou não poupar faz diferença. Os jovens dos 20 anos têm essa noção, é altura de acabar os estudos e entrar no mercado de trabalho. Os adultos na casa dos 30 pensam noutras coisas, arrendar ou comprar um carro, uma casa, quem sabe. Tudo conta. “É sempre bom ter algum dinheiro de reserva, por isso, poupar é importante”, diz Raquel Oliveira, na casa dos 30.



Planos mutualistas salvaguardam futuro.

A Previdência Portuguesa (APP), associação mutualista, tem várias modalidades de poupança. O Capital de Reforma é uma delas, uma opção dos três aos 60 anos, quantia variável de 1500 e 40 mil euros, entrega única ou à medida de cada subscritor, com recebimentos em várias fases, aos 55, 60, 65 e 70 anos. Uma forma de garantir a tranquilidade financeira no futuro. Os jovens também têm uma modalidade à disposição, ajuda financeira para momentos importantes, investir na educação, comprar carro, concretizar um desejo, seja o que for. Uma maneira de adultos, pais ou avós, acautelarem o futuro dos mais novos, filhos ou netos. Com entregas aos 18, 21 ou 25 anos de idade dos beneficiários. A educação é um investimento e a APP sabe disso.

Poupar nesta área é preparar o futuro com subscrição de semestralidades

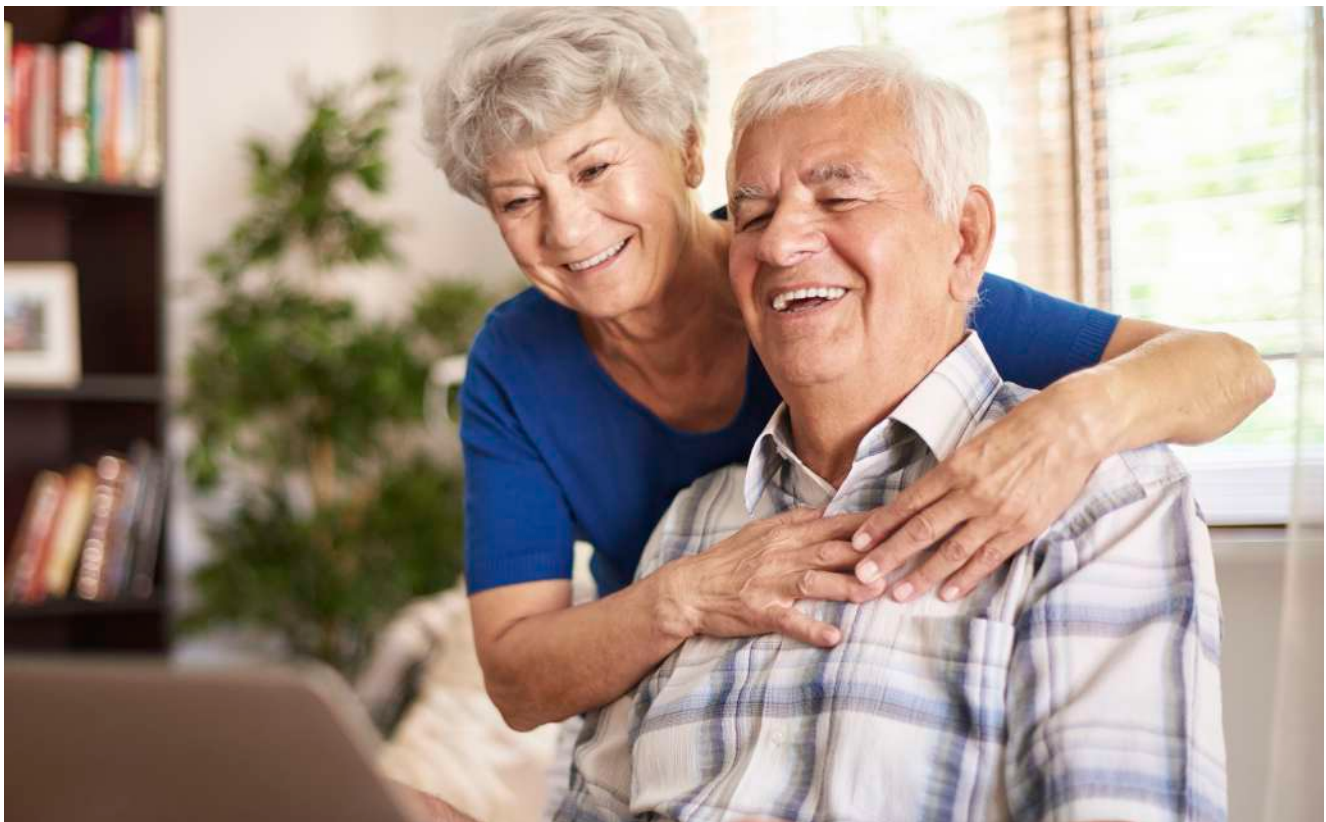
entre 200 e 3000 euros. Aos 18 anos, o jovem pode ter acesso a esse dinheiro colocado de lado.

A Poupança Crescente, da APP, é pensada a curto prazo, para uma faixa etária alargada, dos três aos 80 anos, com entregas mensais definidas pelo subscritor, levantamento da poupança após o primeiro ano sem perda de rentabilidade, taxa de juro de 3,5%, sem despesas ou comissões. Para qualquer eventualidade mais premente ou inesperada. Nunca se sabe. E com possibilidade de transformar essa poupança numa renda vitalícia a partir dos 55 anos. Há sempre maneira de acautelar os tempos que aí vêm.

Paulo Martins, responsável pela gestão associativa da APP, subscritor de três capitais de reforma, conhece o sistema por dentro e sabe as vantagens destes

planos mutualistas fora da alçada das instituições bancárias. Os benefícios são de ter em conta. Dinheiro faz dinheiro, investir é sempre uma opção, poupar também. “Uma alternativa muito credível para que as pessoas possam olhar para o horizonte e verem um futuro mais risonho”, descreve. Há confiança nos planos desenhados e apresentados pela APP, a rentabilidade é um fator a ter debaixo de olho. “Não somos concorrentes da Segurança Social, somos complementares”, sublinha.

A taxa de poupança das famílias tem variado. Os números mais recentes mostram uma queda de 2021 para 2022, de 9,9% para 6,1%, segundo os dados das Contas Nacionais Anuais do Instituto Nacional de Estatística. A inflação média anual de 7,8% e o aumento das despesas do quotidiano ajudam a explicar a queda.



Especialistas aconselham complementos de reforma.

“Os frutos do futuro estão nas poupanças de hoje.”

Preços mais altos, menos dinheiro disponível, menos dinheiro de lado. Em 2020, a taxa de poupança estava em 11,8%, provavelmente fruto da pandemia. É preciso recuar até 2012, mais de 10 anos, para que esse valor volte às dezenas, 10,2% neste caso. No início deste milénio, a percentagem era de 12,4. A partir de 1990, nunca mais a taxa andou acima dos 20%. Entre 1969 e 1987, a percentagem rondava os 20%, em 1988 desceu para 18,2%. Acima dos 30%, somente em 1972, ano em que as famílias pouparam, em média, 31,1% do seu orçamento.

A Mutuália – Federação Mutualista, Instituição Particular de Solidariedade

Social (IPSS), diz com todas as letras: “Os frutos do futuro estão nas poupanças de hoje”. Na área de produtos financeiros mutualistas, disponibiliza os planos Mutuália 55+ e Poupança Extra, especialmente direcionados para quem pretende precaver a reforma, com garantias de que o investimento crescerá de forma segura e rentável. O primeiro prevê o pagamento de uma pensão mensal vitalícia em idades convencionadas de 55, 60, 65 ou 70 anos. Uma poupança por apenas cinco euros mensais, uma taxa de rentabilidade garantida de 0,8%, vantagens fiscais. Os subscritores têm de ter entre 18 e 60 anos. O segundo plano é uma

poupança feita à medida, com entregas não programadas, taxa de rentabilidade garantida de 0,8%, possibilidade de resgate ao fim de cinco anos sem penalizações, vantagens fiscais. Um complemento à reforma para maiores de 18 anos que pensam no futuro.

As associadas da Mutuália também comercializam estes produtos de poupança, como a Beneficência Familiar Associação de Socorros Mútuos, no Porto, a Glória Portuguesa – Associação de Socorros Mútuos, no Porto, a Vencedora – Associação de Socorros Mútuos, também com sede no Porto, a Associação de Socorros



DR

Poupar é uma estratégia para concretizar sonhos.

“É tempo de compor o futuro e ganhar o presente.”

Mútuos de S. Bento das Peras de Rio Tinto, a Liga das Associações de Socorros Mútuos de Vila Nova de Gaia, entre outras.

O Legado do Caixeiro Alentejano, associação mutualista e Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede em Évora, tem também várias modalidades de poupança para os seus associados. Além do Vida Inteira, pequena quota mensal que perfaz uma quantia que reverte para os familiares após a morte do subscritor, a instituição disponibiliza um modelo que batizou de Subsídio Misto que permite receber capital em vários momentos. Uma subscrição feita para um menor de

idade, por exemplo, pode ser resgatada na sua maioridade, aos 18 anos, altura em que o jovem pode ter de fazer face a várias despesas, como pagar a carta de condução, assegurar a entrada na universidade, até mesmo criar um negócio por conta própria.

O Subsídio Repartido é outra opção apresentada pelo Legado do Caixeiro Alentejano, que consiste no pagamento ao associado de importâncias parcelares do subsídio subscrito inicialmente, entre 500 e 4000 euros. A forma de devolução está definida: 25% no fim de um terço do prazo convencionado, 25% no fim de dois terços, os restantes 50% no fim do prazo que o subscritor

escolheu na data de admissão.

É como um mealheiro pessoal com cálculos definidos e bonificação garantida.

O Legado do Operário de Évora, associação mutualista, tem quatro planos de poupança, como um mealheiro. O Plano Poupança-Juventude, o Plano Prazo-Certo, o Plano Duplo Reforma, o Plano Vida Inteira. Cada um com os seus requisitos e suas valorizações. “São como mealheiros, onde pode juntar e garantir a segurança das suas poupanças”, adianta a associação. Um serviço, realça, que “tão bem nos distingue de outras entidades, como os bancos ou seguradoras”. ■

Envolver, capacitar e integrar através do voluntariado



Beyond NEET: Seminário final, em Portugal

Projeto junta Portugal e Irlanda na inclusão de jovens que não estudam, não trabalham, nem estão em formação. Organizações da sociedade civil colaboram e dão os seus contributos. O balanço é bastante positivo.

A preocupação é transversal ao espaço europeu. A exclusão social de muitos jovens que não estão envolvidos em atividades educacionais, de emprego ou de formação, é uma questão que exige respostas. O mercado de trabalho não absorve toda a gente, os mais jovens continuam a ser os mais afetados. Em setembro de 2022, surge o Beyond NEET, projeto para capacitar as organizações da sociedade civil na área do voluntariado inclusivo, de forma a aumentar a participação cívica de atuais e potenciais jovens NEET em

dois países, Portugal e Irlanda. Uma iniciativa promovida pela União das Mutualidades Portuguesas, em parceria com o Irish Rural Link, que conta com o apoio da União Europeia, através do programa "Erasmus +".

A linha de ação do projeto é clara e precisa para divulgar as vantagens do voluntariado para os jovens NEET, qualificar o trabalho voluntário, criar redes transnacionais no setor da juventude. Os objetivos estão alinhados com as prioridades do "Erasmus +" nas áreas

de inclusão e diversidade em todos os domínios de educação, formação, juventude e desporto. Nesse sentido, a vontade de avançar com projetos para pessoas com menos oportunidades, a criação de ambientes inclusivos no respeito pelos princípios da equidade e igualdade, a promoção da cidadania ativa e da aprendizagem ao longo da vida, bem como a obtenção de competências sociais como a comunicação, o trabalho em equipa, a resolução de problemas e o pensamento crítico, são pontos importantes para



Jovens NEET de Portugal.

Jovens NEET da Irlanda.

a concretização dos propósitos estabelecidos. As organizações da sociedade civil têm um papel preponderante para a inclusão e capacitação dos mais jovens.

Portugal e Irlanda têm trabalhado em conjunto neste caminho e realizaram diversas atividades, nomeadamente colóquios, encontros, formações, inquéritos. Os jovens NEET tiveram dois workshops nos dois países, em simultâneo, com uma conferência de abertura dedicada ao Ano Europeu da Juventude, em 2022, de forma a estimular o sentimento de pertença à Europa. Nessa altura, foi apresentado o projeto, seus objetivos e metodologia, parceiros e resultados esperados. Workshops que serviram para o conhecimento dos grupos e formação em

voluntariado para jovens NEET, com base na metodologia do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, terminando com um questionário de avaliação. Entretanto, foi aplicado um questionário online para aferir as práticas existentes na área do voluntariado em organizações da sociedade civil, perceber quais as necessidades sentidas no terreno, identificando assim os “gaps” organizacionais e as principais áreas de capacitação.

A primeira sessão de trabalho do consórcio teve lugar na Irlanda, foram partilhados os resultados dos primeiros workshops e do questionário online, tendo sido feita uma avaliação interna intermédia do projeto, sobretudo em relação aos processos, como forma de monitorizar a sua execução.

Portugal promoveu uma ação de formação junto de organizações da sociedade civil, falou-se do projeto, dos conceitos de voluntariado e voluntário, abordou-se o enquadramento jurídico, identificaram-se barreiras e soluções para implementação de voluntariado inclusivo, elaborou-se um plano, recrutaram-se voluntários.

Na Irlanda, foi feita uma iniciativa nos mesmos moldes, sistematizaram-se propulsores à atuação das organizações, identificaram-se soluções para aumentar o desempenho dessas estruturas.

Este é um projeto que aposta na cidadania ativa, elegendo o voluntariado na comunidade e no setor social como uma estratégia de intervenção junto dos jovens.



Luís Alberto Silva, Presidente da UMP, e Eddie Hoare, Presidente da Câmara de Galway.

“É importante que este caminho agora iniciado com o Beyond NEET não seja interrompido.”

Além disso, concentra-se na criação de condições para reforçar competências sociais que facilitem a transição dos jovens para o mercado de trabalho. E, ao mesmo tempo, procura reforçar as ligações entre as políticas, a investigação, e o que acontece na vida de todos os dias. O balanço foi feito e é positivo.

“É importante que este caminho agora iniciado com o Beyond NEET não seja interrompido. A parte mais difícil foi trazer estes jovens até nós. Explicar as vantagens do voluntariado para as organizações e para os jovens. Dar motivos para ter esperança, fazer acreditar e mobilizar vontades. Agora que despertamos o interesse pela mudança de atitude, não seria compreensível parar”, sublinhou Luís Alberto Silva, presidente da União das Mutualidades Portuguesas, na abertura do seminário de encer-

ramento do projeto em Portugal, que teve lugar a 30 de maio, na Biblioteca da Escola Secundária de Esmoriz.

Seamus Boland, presidente da Irish Rural Link, concorda. A intenção é dar continuidade a esta missão, com novas ações. A ideia é que este projeto seja reconhecido, não apenas pelos jovens e pelas organizações, mas também pelos governos de ambos os países e na Europa.

Da parte da Agência Nacional Erasmus +, que gere os fundos do programa em Portugal, representada na sessão por João Vilaça, há abertura para apoiar novos projetos deste consórcio luso-irlandês. O responsável lembrou que são várias as oportunidades que o “Erasmus +” proporciona não só às organizações, como aos próprios jovens, em domínios

como os intercâmbios, a participação cívica, atividades culturais e formação a nível nacional e internacional. Na conferência que encerrou o seminário, e perante uma plateia constituída por alunos de várias turmas da Escola Secundária de Esmoriz, Paula Correia, coordenadora do Departamento de Voluntariado, Projetos e Inovação Social da CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), e Rogério Pinto, Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Esmoriz/Ovar Norte, numa conferência moderada por Carla Silva, coordenadora do Centro Qualifica d'A Mutualidade de Santa Maria, abordaram a importância do envolvimento dos jovens em programas de voluntariado e o papel da própria escola na sua dinamização, tanto no contexto dos estabelecimentos de ensino, como na comunidade. ■

Entre Fé e Solidariedade: UMP na receção ao Papa Francisco



Papa Francisco

O Papa Francisco visitou a cidade de Lisboa entre os dias 2 e 6 de agosto de 2023, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude (JM3).

O chefe da Igreja Católica foi recebido no Palácio de Belém pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, seguindo-se um encontro no Centro Cultural de Belém entre o Papa Francisco, as autoridades portuguesas, representantes da sociedade civil e o corpo diplomático acreditado em Portugal.

Entre os convidados contava-se Luís Alberto Silva, Presidente da União das Mutualidades Portuguesas. A sua presença simboliza o papel contínuo que as mutualidades representam no tecido social português, e cuja missão ressoa com os valores de solidariedade e cooperação frequentemente abordados nas mensagens do Papa.

Na sua intervenção, Marcelo Rebelo de Sousa salientou a importância da visita do Papa Francisco, destacando o acolhimento de Portugal ao seu testemunho

sobre a dignidade humana e a atenção ao próximo, abordando temas como esperança, paz, fraternidade e a necessidade de enfrentar desafios sociais como a pobreza e a xenofobia.

O Presidente da República também mencionou a mensagem do Papa aos jovens, encorajando-os a serem proativos e a lutarem contra as injustiças, sublinhando o compromisso de Portugal em seguir o espírito desta mensagem, não apenas durante os dias da JM3 mas também no futuro. ■



Construir pontes, mobilizar vontades

As mudanças e as transformações, os problemas e os desafios analisados numa conferência. O trabalho do mutualismo é fundamental para respostas cada vez mais exigentes e a sua história deixa marcas na construção do tecido social.

São 847 anos de história do mutualismo em Portugal, são séculos atravessados por inúmeras e diferentes realidades, e os desafios são constantes numa nova ordem mundial. Há questões prementes: a sustentabilidade do Estado social, os fenómenos das migrações, as alterações climáticas, as crises sociais e económicas, o envelhecimento da população, uma guerra no coração da Europa. Há tanto para refletir, tanto por onde atuar. Neste momento, as mutualidades congregam mais de um milhão de associados e concedem benefícios complementares de segurança social, saúde e proteção social, entre outros, a mais de 2,5 milhões de portugueses, o que corresponde a 25% da população nacional.

Na abertura do Dia Nacional do Mutualismo, Carla Silva, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP, lembrou a força do movimento, as “células deste corpo inquieto chamado Mutualismo”, para depois colocar a questão: “Qual o papel que podemos e devemos desempenhar nesta nova ordem mundial?” É necessário olhar para os princípios e valores mutualistas, para as vantagens e desvantagens da globalização. “A matriz humanista e progressista que une os mutualistas e os define pode ter um papel capital nesta nova ordem mundial”, realçou, lembrando que os valores mutualistas são uma resposta em várias frentes, onde aumenta a pobreza, nas clivagens sociais, onde há desfavorecimento ou minorias, nas

fragilidades e nas diferenças. Em seu entender, é necessário responder com solidariedade, repor a igualdade, levar proteção, defender o exercício de cidadania, trabalhar em prol da inclusão social, investir na inovação e renovação, aclarar o caminho com transparência. Ensinar liberdade e democraticidade.

Luís Alberto Silva, Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, sublinhou o exemplo de resiliência de oito séculos ao lado dos portugueses, o riquíssimo património de intervenção social, a atuação onde o SNS se encontra distante, o trabalho feito para disponibilizar habitação a custos acessíveis à população mais vulnerável, o processo de rejuvenescimento que o setor atravessa.



Fernanda Rodrigues:
"Habitação também é do 3.º setor."

"As mutualidades podem ter um papel ainda mais relevante na nossa sociedade", frisou na cerimónia de abertura do Dia Nacional do Mutualismo. Um trabalho a vários níveis, desde a prestação de cuidados de saúde de proximidade e grande qualidade, à assistência medicamentosa e proteção social.

Em todo o caso, há preconceitos e obstáculos que têm de ser removidos. "Desde logo, mostrar pela ação que as associações mutualistas não são organizações arcaicas que se limitam a conceder o subsídio de funeral", especificou Luís Alberto Silva. Num apelo à tutela, sublinhou a necessidade de abolir os constrangimentos criados pelo Código das Associações Mutualistas, corrigir a lei que impede as mutualidades de abrir novas farmácias sociais, ou celebrar novas convenções de especialidades médicas e prescrever meios complementares de diagnóstico e terapêutica. O Presidente da União das Mutualidades Portuguesas confia na capacidade da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, de "construir pontes e mobilizar vontades". As mutualidades acreditam no futuro. Há novos horizontes que se abrem.



Gabriel Bastos, Secretário de Estado
da Segurança Social

Gabriel Bastos, Secretário de Estado da Segurança Social, presente no Dia Nacional do Mutualismo, realçou a relevância desta celebração, a indiscutível importância do movimento para o bem-estar coletivo e sua intervenção no setor solidário, destacou a longa história do mutualismo que tem deixado "uma marca indelével na construção de equilíbrios no nosso tecido social" e que "a lógica de proximidade é um dos grandes traços distintivos". E lembrou que há um novo paradigma de desenvolvimento que exige uma estratégia concertada. "É fundamental garantir um espaço conjunto e concertado e uma maior congregação de meios para melhores resultados".

O mundo muda e não para de mudar, é preciso gerar confiança, acudir a necessidades sociais, a época é tumultuosa. "Em tempos de instabilidade e incerteza, que a pandemia primeiro e a inflação agora tornaram um cenário mais ou menos constante nas nossas vidas, é mesmo crítico preservar e potenciar as instituições que demonstram mais resiliência em prosseguir a sua missão, como é o caso das entidades mutualistas", acrescentou o governante, registando que isso "gera confiança e

"A matriz humanista e progressista que une os mutualistas e os define pode ter um papel capital nesta nova ordem mundial."

transmite maior tranquilidade". "Temos a obrigação de ajudar a construir um mundo melhor", conclui.

Fernanda Rodrigues, Secretária de Estado da Habitação, presidiu à sessão de encerramento do Dia Nacional do Mutualismo, mostrou-se sensibilizada por o Ministério ter sido convidado para este momento, "revelando a preocupação e a premência que o mutualismo português também coloca neste problema da habitação". "O retomar do tema da habitação pelo mutualismo, parece-me providencial, pois o problema da habitação nunca deverá ser um exclusivo do público e do privado, é também do terceiro setor", afirmou, revelando a sua expectativa pela motivação revelada pela UMP e pelas associações mutualistas para atacar esta preocupação tão presente e tão atual.

Quanto maiores os problemas, maior o papel para as mutualidades



Conferência sobre o mutualismo numa nova ordem mundial.

O combate à pobreza, a inflação, a demografia, o envelhecimento da população, as desigualdades, as respostas sociais. Tudo é importante. O papel do setor mutualista numa nova ordem global é determinante. Várias perguntas e perspetivas numa conferência que marcou um dia especial para o movimento.

O mundo pula e avança, inquieto, as realidades transformam-se, surgem novas necessidades, pedem-se novas respostas. O movimento mutualista

está atento às transformações sociais, políticas, culturais, adapta-se aos novos tempos, sem se desviar dos seus princípios. O mutualismo numa nova ordem mundial foi o tema da conferência que marcou o evento comemorativo do Dia Nacional do Mutualismo. O papel da economia social e dos Estados numa Europa em transformação no centro do debate.

O Comissário Europeu do Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit, que participou por videoconferência, os

eurodeputados José Manuel Fernandes (PSD) e Pedro Marques (PS), e o representante da Associação Nacional de Municípios Pedro Ferreira, Presidente da Câmara de Torres Novas, reuniram-se num momento moderado por Manuela Aguiar, Ex-Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas. Juntos abordaram os grandes desafios que se colocam ao mutualismo e à economia social em circunstâncias bastante especiais, num mundo rodeado de incertezas. Reflexões pertinentes que contaram com a participação

da plateia. As alterações climáticas, as guerras, as transformações sociais, o envelhecimento da população, as desigualdades entre homens e mulheres, a globalização, a economia digital, as crises. O mundo mexe-se. Nicolas Schmit olha ao redor e vê o muito que há para fazer. “O envelhecimento da população é um dos maiores desafios”. O mutualismo tem um trabalho importante, as suas raízes são profundas, a sua experiência em solidariedade é sólida e reconhecida, os seus princípios são robustos. “Em circunstâncias disruptivas, é preciso colocar a pessoa e o planeta em primeiro lugar”, defendeu. O setor social precisa de mais apoios. “O mutualismo contribui para esta agenda global de economia social”.

É importante que cada um faça a sua parte, há recursos, mas há pouca concretização, o envolvimento de todas as partes é fundamental, não se pode continuar a executar planos à pressa para não perder fundos comunitários, constatou o eurodeputado José Manuel Fernandes. Há que entender os fatores que dificultam respostas a dar, que impossibilitam melhores condições de vida. “Cerca de 460 mil trabalhadores recebem o salário e continuam numa situação de pobreza”, reparou. “Temos de andar depressa”, avisou o eurodeputado. “Precisamos de um país mais competitivo, mais coeso, e onde as mutualidades são absolutamente essenciais”. Quem pode transformar tem de comunicar, conversar e dialogar, remar para o mesmo lado.

“Em circunstâncias disruptivas, é preciso colocar a pessoa e o planeta em primeiro lugar.”

“É impossível traçar um caminho quando não se sabe o destino. O mutualismo é precioso para chegar ao destino”, referiu.

A nova ordem mundial tem várias características, diversos contextos e ângulos, problemas para resolver, desafios que não passam despercebidos. A crise energética, a crise económica, a inflação, a demografia, o envelhecimento, as desigualdades. Se os mundos estão cada vez mais divididos, é preciso quem os una. As oportunidades mudam, há que pensar em agir numa lógica de proximidade, segundo o eurodeputado Pedro Marques. “O setor mutualista tem desempenhado um papel absolutamente fundamental na ordem global”, frisou. Decisivo no meio das organizações não governamentais no apoio a populações em sofrimento, um grande pilar na implementação de respostas. “O setor mutualista tem desafios inacabados que também o estimulam”.

“Que Portugal queremos e onde queremos Portugal em 2030?”, perguntou José Manuel Fernandes. Em seu entender, é preciso definir objetivos regionais, não só nacionais. “Não pode

haver pensamento único, olhar apenas para o pátio do Terreiro do Paço”. É necessário ouvir quem precisa e quem atua. “Não se envolvem os beneficiários, não se ouvem as mutualidades, era essencial este envolvimento”, observou. O combate à pobreza não pode esperar. “Portugal é o país que mais depende do seu orçamento da União Europeia, era importante diminuir essa dependência”. “Temos de passar do discurso à ação”, realçou.

Para Pedro Ferreira, o dinheiro não é tudo, mesmo que as verbas tripliquem para as IPSS e mutualidades, é preciso muita dedicação para pressionar o botão e trabalhar. Os municípios não seriam os mesmos sem o empenho e esforço dessas estruturas. “Mesmo sem apoios do Estado, cumprem o seu papel”, garantiu. Delegam-se competências, é preciso verificar se as contas estão bem feitas, é necessário arregaçar as mangas. “E lá estão as mutualidades a dar apoio, a colaborar na saúde. As mutualidades são o bom coração do povo português”.

O desafio demográfico, a emigração que nunca estancou, a saída dos jovens mais qualificados do país, o tecido social em constante mutação e adaptação. A sociedade não é um corpo estático. Manuela Aguiar salientou esses pontos e o longo caminho pela frente. “O mutualismo tem um enorme papel a desempenhar. Quanto maiores os problemas, maior o papel para as mutualidades”, referiu. ■

A força e a mensagem do movimento mutualista

O lado prático do Código das Associações Mutualistas e as respostas aos novos desafios. Guilherme Oliveira Martins, jurista e político, e Luís Miranda, assessor da União das Mutualidades Portuguesas, conversaram sobre estas questões, analisaram-nas por vários ângulos.

O Código das Associações Mutualistas entrou em vigor em 2018 e tem levantado interrogações e causado reticências ao setor. Mais do que a componente jurídica, do enquadramento legal, é importante pensar na sua aplicação no dia a dia, no reposicionamento perante estes novos tempos tão incertos, nos desafios que emergem.

As associações mutualistas são entidades da economia social que têm particularidades e especificidades, que não podem perder presença estratégica. Guilherme Oliveira Martins, jurista e político, ex-ministro de várias pastas, da Presidência, das Finanças, da Educação, e Luís Miranda, assessor das União das Mutualidades Portuguesas, esmiuçaram o assunto no Dia Nacional do Mutualismo. No “À Conversa Com...” levantaram-se questões e apontaram-se caminhos. “O movimento mutualista tem um espírito extraordinário que se tem de atualizar permanentemente”, afirmou o antigo governante.

O debate é atual, mais do que à primeira vista possa parecer. A sustentabilidade e o desenvolvimento humano são de-

safios constantes e o espírito mutualista está vivo, não esmorece, é feito de elementos que o diferenciam. A economia solidária baseada na reciprocidade é uma ideia distintiva. “As mutualidades não são mais uma entidade da economia social, têm um papel estratégico na economia social”, venceu Guilherme Oliveira Martins. “Uma mutualidade não é uma caricatura de uma outra qualquer instituição”, reforçou.

Olhos abertos, sentidos em alerta, máxima atenção. As mutualidades estão no centro da sociedade, chegam onde o Estado, por vezes, não chega, não são apenas uma resposta complementar à segurança social pública, podem também ser um apoio na saúde, na habitação, na assistência social. “O Estado não tem capacidade para chegar a todo o lado”, observou Luís Miranda. É fundamental olhar para as necessidades das pessoas para que as mutualidades possam dar essas respostas. “Na revisão do código não se explora a totalidade de bens que o movimento tem”, avisou o assessor da UMP.

“A economia social é complexa, o código não pode deixar de referir as especificidades”, defendeu Guilherme Oliveira Martins. Cuidar do futuro é um dever de todos e compromisso é uma ideia que tem de estar bem presente. “Na revisão do código, dar mais ênfase relativamente a esta questão de reciprocidade para que tenhamos verdadeiras associações mutualistas”, referiu. Até porque, como sublinhou, o Estado não tem total cobertura para dar resposta aos riscos sociais.

Por isso, a necessidade de reagir e cuidar. “É nossa responsabilidade lançar a semente à terra para trazer mais jovens e para que este espírito seja compreendido por mais gente”, afirmou o jurista e político. A mobilização das novas gerações é absolutamente importante. É necessário analisar o código para colocar a pessoa no centro de tudo, em primeiro lugar, na linha da frente.

O legislador tem de compreender a importância de valorizar a componente humana e não esquecer a liberdade e



Guilherme Oliveira Martins e Luís Miranda à conversa sobre o Código das Associações Mutualistas.

“O movimento mutualista tem um espírito extraordinário que se tem de atualizar permanentemente.”

a democraticidade, a igualdade e a não discriminação, a inclusão e cidadania. Guilherme Oliveira Martins defendeu ainda uma diferenciação positiva, tratar diferente o que é diferente, pôr a tónica no que é distintivo. As associações mutualistas estão no coração da sociedade civil. A autonomia é fundamental num movimento solidário,

que partilha responsabilidades, que tem respostas, que não é indiferente a quem está a seu lado. “Os desafios são sinais dos tempos, não são abstracção”. A sustentabilidade agrega vários fatores. “A necessidade de sermos o outro que se respeita”. A reciprocidade é isso, somos a outra metade dos outros. Guilherme Oliveira Martins falou

em alargar o movimento mutualista. “Será útil para o desenvolvimento no mundo de língua portuguesa. Vamos partilhar, garantir que a força e a mensagem do movimento mutualista se projetem”. Aprender mais e melhor. Repartir melhor os recursos. E cada um tem de fazer a parte que lhe compete. ■

Flores de papel e filme cheio de ideias

Crianças e idosos das respostas sociais das mutualidades envolveram-se numa ocasião especial com peças que saíram das suas mãos e desejos para o futuro num vídeo carregado de simbolismo.



Flores de papel feitas pelas mãos dos mais velhos e um vídeo que espreita o futuro narrado pelas vozes dos mais pequenos. O Dia Nacional do Mutualismo envolveu idosos e crianças de diversas respostas sociais das mutualidades. Um dos grandes momentos do evento foi a mensagem das crianças dos centros infantis das mutualidades dirigida aos participantes. Um vídeo carregado de simbolismo, onde os mais novos exteriorizam a sua perspetiva sobre o papel do mutualismo no futuro da sociedade.

O mundo enfrenta tantos desafios, alterações climáticas, crises sociais e económicas, conflitos, guerras, espécies de animais ameaçadas, violência. “Nós, crianças mutualistas, somos pequenos em tamanho, mas grandes no que queremos para o futuro”, escuta-se no vídeo. E que desejos são esses? Mais justiça, cooperação, igualdade. Menos pobreza, zero discriminação, respeito

pelos direitos humanos, mais solidariedade, ajudas aos mais vulneráveis, melhores condições de vida, cuidados de saúde universais, acesso à educação para todos. Paz e liberdade. Dignidade. Muito amor.

As crianças querem viver sem medos, pedem segurança, menos poluição, mais água, mais energias renováveis, menos resíduos. Querem uma sociedade mais inclusiva. O mundo está mais moderno, mais digital, mais inovador. “O que fizermos hoje vai ter impacto no nosso amanhã. Por isso, a mudança começa agora. Podem ajudar-nos?” A mensagem está dada, o pedido está feito.

No Dia Nacional do Mutualismo, cada participante recebeu uma flor de papel. Uma flor que resulta do envolvimento dos utentes de respostas sociais das mutualidades aos idosos. Com carinho e

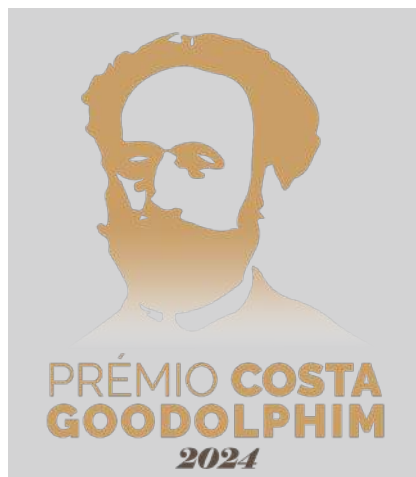
imaginação, os mais velhos construíram flores coloridas em papel que decoraram o espaço onde decorreu o evento e que foram distribuídas pelos presentes. Uma atividade que se revelou de especial significado para estes idosos, para as equipas técnicas, e que deram outro colorido ao Dia Nacional do Mutualismo.

A pintura, o desenho, a escrita, as artes manuais, como formas de expressão, reuniram-se numa exposição que deu um tom colorido e irreverente à grande festa do mutualismo.

O vídeo das crianças foi resultado da cooperação da UMP com o Centro Infantil de Lourosa, Centro Infantil da Feira, Associação Socorros Mútuos Freamundense, Previdência Portuguesa, Legado do Caixeiro Alentejano, AM Trabalhadores CM S. Pedro do Sul, Centro Infantil Dr. António da Costa Leal, Associação São Francisco de Assis de Anta. ■

Premiar a investigação, homenagear um visionário mutualista

“Este prémio é um incentivo ao estudo e à produção de conhecimento sobre as temáticas mutualistas nas universidades e institutos superiores portugueses.”



Joana D. Pereira, na apresentação.

A União das Mutualidades Portuguesas lançou o Prémio Costa Goodolphim, iniciativa que visa premiar anualmente uma Dissertação de Mestrado na área do Mutualismo e da Economia Social. A apresentação teve lugar no Dia Nacional do Mutualismo, em Vila Nova de Gaia.

“Este prémio é um incentivo ao estudo e à produção de conhecimento sobre as temáticas mutualistas nas universidades e institutos superiores portugueses e simultaneamente homenagear uma figura ímpar do mutualismo, como Costa Goodolphim”, explicou Luís Alberto Silva, Presidente da União das Mutualidades Portuguesas.

Costa Goodolphim (1884-1910) foi um insigne e respeitado sociólogo, estudioso e ativista nas áreas do mutualismo, sindicalismo e das causas sociais, autor

de vários estudos, como “A Previdência” e “As Caixas Económicas”, e de inúmeros escritos publicados em jornais e revistas da época. Foi precursor dos estudos de estatística sobre as organizações da Economia Social, tendo dado um enorme contributo para o mapeamento das mutualidades, associações de socorros mútuos, cooperativas e misericórdias.

Joana Dias Pereira, investigadora e professora no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, doutorada em História, mestre em História Contemporânea, autora dos livros “Origens do Mutualismo em Portugal” e “História do Mutualismo nas Ex-Colónias Portuguesas”, realçou a importância do prémio e a relevância do responsável por um dos primeiros recenseamentos do movimento mutualista, um dos primeiros representantes

do movimento à escala internacional. Sente-se como uma das suas herdeiras nesse estudo dos “movimentos sociais e do movimento mutualista”. O Prémio Costa Goodolphim, conforme apresentado e regulamentado, consiste na edição e publicação em livro da dissertação de mestrado que vier a ser selecionada pelo júri de entre os trabalhos académicos submetidos a concurso.

O júri que avaliará os trabalhos submetidos a concurso é constituído por Luís Alberto Silva, Presidente da União das Mutualidades Portuguesas; Deolinda Meira, Professora e Investigadora do ISCAP/Instituto Superior Politécnico do Porto; Joana Dias Pereira, Professora e Investigadora da Universidade Nova de Lisboa; e José Alberto Pitacas, Investigador do Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do Politécnico do Porto.

Personalidades distinguidas



Marcelo Rebelo de Sousa

As figuras que se destacam pelas suas ações, percurso cívico e profissional, em prol do movimento mutualista, na promoção e desenvolvimento da economia social, da cidadania e solidariedade. Os projetos mutualistas que sobressaem e os trabalhadores cujo desempenho e atividade são reconhecidos, todos os anos, pela União das Mutualidades Portuguesas, na cerimónia evocativa do Dia Nacional do Mutualismo.

Marcelo Rebelo de Sousa

Prémio Cidadania e Solidariedade

Presidente da República distinguido pela sua visão humanista e pelo seu percurso cívico, pautado pelas preocupações reveladas com as causas dos mais frágeis e vulneráveis, e pela expressão pública que lhes deu e tem dado enquanto responsável partidário, comentador e chefe de Estado.



Nicolas Schmit

No exercício do mais alto cargo da Nação, tem reconhecido e enaltecido publicamente a ação das instituições sociais. O prémio foi atribuído por unanimidade.

Marcelo Rebelo de Sousa é um defensor do movimento mutualista. Fez parte de várias associações com este espírito, em várias fases da sua vida, confiou nelas, trabalhou nelas, militou por elas. O Presidente da República agradeceu o prémio, lançou o apelo para que mais jovens adiram ao mutualismo, e deixou uma palavra de confiança relativamente ao que o futuro reserva. "O Mutualismo não está morto, está vivo", garante. "Sejamos capazes de lhe dar a vida que ele merece".

Nicolas Schmit

Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional

Comissário Europeu do Emprego e dos Direitos Sociais distinguido pela importância que atribui ao reconhecimento

e enquadramento político e jurídico do setor da economia social no espaço europeu. Pelo seu papel de comissário europeu na definição e implementação do plano de ação para a economia social e na valorização do potencial deste setor na prossecução dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Para Nicolas Schmit é uma honra receber este prémio, atribuído por unanimidade. "Um encorajamento para continuar o caminho de tornar a União Europeia mais social, mais inclusiva, para lidar com os desafios sociais que ainda temos, como o combate à pobreza, aos sem-abrigo, e a todos esses assuntos que dividem a nossa sociedade, num momento em que temos de reunir as pessoas para sermos uma sociedade mais coesa e resiliente", sublinhou.

Nicolas Schmit, nascido em 1953 no Luxemburgo, iniciou a carreira política e diplomática na década de 70. Em 1989, tornou-se secretário da delegação do Partido Socialista dos Trabalhadores Luxemburgueses. Entre 2004 e 2019, desempenhou várias funções

governamentais, destacando-se como Ministro do Trabalho, Emprego e Migração, e do Trabalho e Economia Social e Solidária.

Eleito para o Parlamento Europeu em 2019, viu reconhecida a sua experiência no âmbito das políticas sociais ao ser chamado para desempenhar o cargo de Comissário Europeu para o Emprego

e Direitos Sociais, no executivo de Ursula Von der Leyen. Tem revelado uma preocupação em reforçar a dimensão social na União Europeia. Algumas das suas metas passam por dialogar com os parceiros sociais, desenvolver um instrumento legal que assegure um salário mínimo justo e condições de trabalho dignas, criar um fundo social europeu

para a criação de emprego, produtividade e mobilidade. Tem demonstrado um grande empenhamento, pessoal e político, em estabelecer parcerias com estados-membros para fortalecer os sistemas de proteção social na Europa, nomeadamente dos jovens e das crianças, bem como no enquadramento jurídico para robustecer a economia social.



António Sousa

Prémio Mutualismo e Solidariedade

Presidente da Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes distinguido pelo percurso cívico dedicado ao associativismo social, desportivo e educativo, e pela capacidade empreendedora que colocou ao serviço do mutualismo, permitindo revitalizar e abrir novos horizontes à instituição e manter uma participação empenhada e ativa no movimento mutualista. Um homem dedicado à causa do associativismo e de fazer o melhor pelas organizações em que se envolve. Um prémio atribuído por unanimidade. Recebeu-o com surpresa. “Não fiz nada de mais a não ser tentar colaborar na melhoria das condições de vida das

pessoas”, referiu. Trabalha porque gosta do que faz, sempre com o intuito de servir a comunidade como voluntário. “Ajudar os outros é o princípio mutualista”. Continuará a trabalhar, a ser persistente e resiliente, para que o movimento mutualista seja reconhecido.

António Sousa nasceu em 1962, na freguesia de Pedroso, em Vila Nova de Gaia. Constituiu família, prole totalmente feminina, e foi por ela que participou na criação da associação de pais da escola que as filhas frequentavam. Concluiu Geografia na Universidade do Porto em 2004 e ingressou na política local em Avintes. Em 2009,

entrou para a Restauradora de Avintes e, em 2011, tornou-se presidente, implementando mudanças estruturais significativas, incluindo a construção da sede e o planeamento de uma farmácia social, intenção que aguarda decisão do Tribunal Administrativo.

.Figura proeminente do tecido associativo local, é vice-presidente do conselho fiscal da Associação “Os Plebeus Avintenses”, acumula ainda funções como secretário do conselho fiscal da “Ilha Mágica” e secretário da Mesa da Assembleia-Geral da União das Mutualidades Portuguesas, em representação da Restauradora de Avintes. ■

Impacto e inovação



Representantes das vencedoras dos Prémios Inovar Para Melhorar

Prémio Inovar Para Melhorar

A Mutualidade de Santa Maria

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social da Murtosa é uma resposta de proximidade descentralizada para pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social do concelho da Murtosa (Aveiro), que atua em rede com entidades públicas e privadas, assumindo-se como elo de ligação e como plataforma de apoio no seu território, para colmatar as necessidades de quem o procura. Um trabalho social pensado e feito em prol das populações mais próximas e dos mais desprotegidos.

Luís Miranda, do conselho de administração d'A Mutualidade de Santa Maria, agradeceu o prémio que muito honra a instituição. "De facto, é um prazer e uma honra receber este prémio, por parte da União das Mutualidades Portuguesas, que vem reconhecer o trabalho na área social da Mutualidade de Santa Maria, a par com o trabalho que já faz, e com todo o desenvolvimento que tem ao nível do mutualismo, das secções e das modalidades de benefícios", referiu.

ANSE Sandim

Integrado na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, o serviço da Equipa de Apoio Domiciliário, da ANSE Sandim, foi criado para intervir junto de pessoas com doença mental grave que necessitem de um programa adaptado ao seu grau de incapacidade psicossocial, para reabilitação de competência relacionais, de organização pessoal e doméstica e de acesso aos recursos da comunidade em domicílio próprio, familiar ou equiparado. Vânia Pinheiro, diretora técnica da ANSE Sandim, sustentou que esta é uma resposta a descoberto, que esta área tem de ser olhada com mais atenção e cautela, que é necessário um apoio concertado. "Há muitas coisas a serem trabalhadas nesta área para podermos começar a construir um caminho", alertou. A associação tem planos. "A nossa expectativa é, no futuro, construirmos uma unidade de cuidados continuados de saúde mental e, esperamos nós, que integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados".

Mutualista Covilhanense

O projeto "+Tempo" da Mutualista Covilhanense introduz um sistema tecnológico (software e hardware) de registo sem papel das suas atividades diárias nas respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Centro de Dia. Os colaboradores operam com equipamentos, como tablets e sensores de leitura de código de barras, que ajudam a poupar cerca de 36 mil folhas de papel por ano.

Nélson Silva, presidente da Mutualista Covilhanense, realçou vários fatores que são relevantes. "A inovação é um passo fundamental para as instituições terem um futuro. É muito importante que o processo de revitalização e de procura de novas modalidades, de novas valências, de novos projetos, seja muito alicerçado na inovação". Nesse sentido, sublinhou, as direções devem ter a abertura suficiente para investir e apostar em recursos humanos. "A inovação constrói-se com pessoas e depois, a seguir, com projetos", vincou.



Representantes das cinco Associações participantes no Prémio Inovar Para Melhorar.

Alda Fonseca

Prémio Trabalhadora do Ano

Alda Fonseca, funcionária dedicada na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas do Legado do Caixeiro Alentejano, em Évora, foi reconhecida com o Prémio Trabalhadora do Ano pelo seu exemplar desempenho e atitude de entrega total no cuidado dos idosos. Este reconhecimento surge no âmbito de uma iniciativa que sublinha a valorização que os órgãos associativos das associações mutualistas atribuem aos seus trabalhadores, realçando o impacto positivo que têm no quotidiano das instituições e dos que nelas são cuidados.

Escolhida entre cinco candidatas, Alda Fonseca demonstra diariamente o seu carinho e dedicação para com cada um dos utentes da ERPI que serve, ultrapassando as expectativas do seu papel profissional e refletindo o espírito de solidariedade e empatia que caracteriza o movimento e a ética mutualista. A sua competência e profissionalismo não passaram despercebidos, sendo merecidamente premiada. A trabalhadora expressou gratidão e paixão pelo trabalho que desempenha, dizendo: “Eu amo aquilo que faço, amo de coração aquilo que faço”.



“O mutualismo andou à frente do Estado na proteção social”

Orgulho no passado, nas raízes e no caminho feito, e atenções viradas para os desafios que exigem respostas estruturadas e pensadas para uma sociedade em constante transformação.



Ana Sofia Antunes, Secretária de Estado da Inclusão, presidiu à abertura do evento.

As palavras do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, são claras. A história do Mutualismo também é a história social do país. “Evocar o nascimento do movimento mutualista através da Confraria de Fungalvaz, em Torres Novas, em 1176, é fazer coincidir diacronicamente as reivindicações de proteção social e assistência aos mais desfavorecidos com a história do nosso país”, assinalou, numa mensagem que dirigiu aos mutualistas e que foi lida na sessão evocativa do berço do mutualismo, que teve lugar em Torres Novas, com o apoio da Câmara Municipal local.

A sessão, que decorreu no auditório da Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes, foi presidida pela Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, que realçou a importância do papel do movimento mutualista na sociedade ao longo da história, bem como a cultura de diálogo e proximidade que o governo tem procurado manter com o setor social na busca de soluções para muitos dos problemas das pessoas.

“Esta postura tem permitido encontrar soluções céleres para muitas situações e continuar a fazer o acompanhamento das necessidades que se vivem no terreno”, afirmou.

“O diálogo permanente que tem vindo a ser feito com o Ministério da Saúde já nos permitiu fazer chegar os balcões SNS24 às diferentes instituições de solidariedade e mobilizar camas para atender às situações de altas sociais”, acrescentou.

O Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, garantiu que “Portugal e os Portugueses podem contar com as mutualidades” na construção de “uma sociedade solidária, mais justa e inclusiva, baseada numa cidadania ativa e responsável”. “O mutualismo andou à frente do Estado na proteção social”, destacou.

Há desafios que se colocam às mutualidades no sentido de se acompanhar as profundas transformações sociais

e o envelhecimento da população. Apelo ao empenhamento da Secretária de Estado, Luís Alberto Silva afirmou que o setor também terá de mostrar “outro arrojo, no desenho e na promoção e divulgação de soluções mutualistas modernas, inovadoras e ajustadas às novas necessidades dos cidadãos”, nomeadamente nas pensões complementares, nos mecanismos de proteção social da “geração dos recibos verdes”, na assistência social ou nos cuidados de saúde, tendo em conta os problemas de acesso dos cidadãos ao SNS.

“Um Estado que se preocupa com o futuro e o bem-estar dos seus cidadãos, não deveria ter complexos em incentivar a proteção social voluntária e responsável junto das mutualidades”, disse, lembrando que estas organizações são, também, “um pilar incontornável do estado social”, que fazem reverter os resultados da gestão das soluções mutualistas em respostas sociais e de saúde. ■



“O Estado não pode ter medo da sociedade civil”

O estudo “As Organizações Mutualistas na Sociedade Portuguesa do Século XXI”, elaborado pela Universidade de Aveiro para a União das Mutualidades Portuguesas, foi apresentado na Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, que teve lugar no Luso, Mealhada. A investigação sistematiza o papel das instituições mutualistas na complementaridade da Segurança Social, da prestação de cuidados de saúde e na ação social, e aborda, com detalhe, os desafios que se colocam ao movimento mutualista no futuro.

As raízes seculares do movimento são “um fator de orgulho”, há uma atenção particular às novas tendências, tanto quanto à garantia das respostas sociais mais inovadoras, como aos desafios sociais emergentes, como registou Teresa Carvalho, coordenadora do estudo. Em muitos países da União Europeia, a ação do movimento mutualista limita-se a linhas de seguros, noutros nem sequer tem enquadramento legal. “Os números revelam a importância comunitária internacional. Correspondem a mais de 232 milhões de membros e cerca de 3 milhões de organizações empregando 6% da mão de obra ativa”, salientou

a investigadora da Universidade de Aveiro, que coordenou a equipa de investigação constituída por Ana Rita Pereira, Bernardete Bittencourt e José Carlos Mota.

Na abordagem ao posicionamento do setor social na área da Saúde, Adalberto Campos Fernandes (à direita, na foto), professor e ex-ministro da Saúde, sublinhou o papel das mutualidades e avisou que o Estado “não pode ter medo da sociedade civil, das mutualidades, das misericórdias ou dos bombeiros”. “As mutualidades têm na mão um grande potencial, na intervenção em todo o ciclo de vida das pessoas”, considerou.

Por seu turno, o Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, chamou a atenção para as transformações vertiginosas que acontecem na sociedade, onde “a rutura demográfica se impõe progressivamente a repensar a proteção social”. “O movimento mutualista tem uma palavra a dizer e um papel de relevo a desempenhar, participando na engrenagem do estado social enquanto motores de desenvolvimento económico e de

redução de pobreza e das desigualdades”, sustentou. O Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, venceu a urgência de uma mudança de paradigma, apelou à inovação nas práticas das instituições, prestou um reconhecimento público aos dirigentes mutualistas pela sua entrega e dedicação à causa, e insistiu na necessidade de alterações ao Código das Associações Mutualistas, revisto em 2018, já que “se tem revelado um fator de exclusão dos melhores, um desincentivo ao dirigismo e um constrangimento estrutural ao desenvolvimento destas organizações”.

“Não podemos afirmar que as organizações sociais têm um problema de sustentabilidade e depois deixarmos que interesses corporativos se sobreponham ao interesse geral da sociedade. É o que acontece com os constrangimentos legais que impedem organizações como as mutualidades de acederem à atividade de farmácia social, de prescreverem meios complementares de diagnóstico e terapêutica ou de dinamizarem unidades de saúde familiar do tipo C”, afirmou o dirigente, na abertura do evento. ■

Arte e diálogo promovem igualdade de género



Fotografia de grupo no Complexo de Ténis de Espinho.

Integrado no programa Erasmus+ e financiado pela União Europeia, o projeto “Europe is Female” reuniu vinte jovens mulheres de Portugal, Alemanha, Croácia e Lituânia que, através da arte, abordaram e refletiram sobre a igualdade de género. As obras resultantes destas oficinas artísticas, que para além de Portugal ocorreram também na Croácia e na Lituânia, foram apresentadas ao público na Europäische Akademie, em Berlim, Alemanha, durante o mês de dezembro, numa exposição que deu a conhecer a diversidade e a criatividade das participantes, mas que destacou igualmente a importância da arte como instrumento de sensibilização e promoção da igualdade de género.

O “Europe is Female” surge num contexto em que as mulheres continuam sub-representadas em vários setores, desde a política até à ciência e posições de liderança no mundo empresarial. A União das Mutualidades, enquanto entidade que preconiza a solidariedade e a inclusão, encontrou neste projeto internacional um espelho dos seus ideais que se alinha com a missão mutualista de construir uma sociedade mais justa e equilibrada, onde todas as vozes são ouvidas e valorizadas.

Coordenado por Ute Böhr, relações públicas de diversas organizações internacionais e gestora de projetos da instituição alemã Europäische Akademie Berlin (EAB), e por Sarah Eilingsfeld, vice-diretora e coordenadora de projetos da EAB, o “Europe is Female” visa combater esta disparidade, dando visibilidade às mulheres e aos seus feitos, muitas vezes ofuscados, ao mesmo tempo que aborda os desafios e desigualdades sentidas. Fruto da colaboração de quatro organizações sociais europeias, com a União das Mutualidades Portuguesas a representar Portugal, o projeto contou com seminários e workshops orientados por artistas locais.

Em Portugal, estes momentos de co-criação foram dinamizados pelas artistas portuguesas Arisca e Isadora, que para além de proporcionarem um ambiente de aprendizagem e troca de experiências entre estas jovens mulheres com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, equiparam as participantes com ferramentas para explorarem diferentes formas de arte incentivando-as a criar um espaço e uma voz ativa na sociedade e a comunicar a sua visão pessoal sobre os temas em análise.

O Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva, descreveu o “Europe is Female” como “uma oportunidade que não podemos deixar fugir porque permite a troca de experiências, conhecimentos e de práticas que as jovens dos países envolvidos neste projeto vão aproveitar para serem mais capazes”.

O “Europe is Female” teve continuidade em Dubrovnik, na Croácia, e em Kaunas, na Lituânia. As obras de arte resultantes destes workshops, criadas individualmente e em grupo, foram exibidas e celebradas na exposição da capital alemã, fechando um capítulo de um projeto que procura trazer mais igualdade e justiça ao mundo através da arte e do diálogo intercultural. ■

Projeto internacional reuniu vinte jovens mulheres de Portugal, Alemanha, Croácia e Lituânia que, através da arte, abordaram e refletiram sobre a igualdade de género.

Mutualidades discutem papel na saúde



Participantes da conferência "O Papel das Mutualidades na Saúde".

A União das Mutualidades Portuguesas (UMP) iniciou um Ciclo de Conferências destinado a debater questões centrais para o movimento mutualista. A sessão inaugural, subordinada ao tema "O Papel das Mutualidades na Saúde", aconteceu na sede da Associação Familiar Vimaranesense, em Guimarães, conhecida como o berço da nação portuguesa, e não por acaso, o berço de um novo diálogo entre as mutualidades e com o Serviço Nacional de Saúde (SNS). A conferência despertou um debate construtivo com reflexões importantes através da participação ativa de figuras notáveis do setor, que desenharam as linhas do debate e das soluções perspectivadas para uma integração eficiente das mutualidades no sistema de saúde do país.

As mutualidades desempenham um papel único no preenchimento das

lacunas do sistema de saúde, surgindo como potenciais parceiras para oferecer soluções complementares. No debate moderado por Joana Sá Ferreira, representante da UMP no Conselho Nacional de Saúde Mental, Francisco Ramos, cujo currículo conta com uma passagem pelo cargo de Secretário de Estado Adjunto e da Saúde entre 2008 e 2009, lembrou que a parceria entre as mutualidades e o SNS tem raízes profundas que precisam de ser reconhecidas, mas também nutridas e expandidas. Augusto Vieira, advogado especializado em assessoria jurídica e fiscal, trouxe ao debate a complexidade da legislação fiscal, apontando-a como um dos desafios a contornar para garantir o fortalecimento e a expansão do mutualismo na saúde. Por sua vez, a Diretora Clínica da Familiar Vimaranesense, Aurora Cunha, sublinhou a capacidade das mutualidades em criar soluções

Conferência em Guimarães constituiu o berço de um novo diálogo entre as mutualidades e o SNS.

integradas e sustentáveis, posicionando-as como entidades capazes de colmatar lacunas do SNS.

A sessão encerrou com a constituição de um grupo de trabalho destinado a criar soluções práticas que possam garantir aos portugueses o direito fundamental à saúde. Coordenado pela Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa (ASMECL), o objetivo do grupo será desenvolver um plano de ação para o Ministro da Saúde, focado na integração mais efetiva do mutualismo na saúde em Portugal. ■

Casa da Mutualidade acende debate sobre previdência social do futuro



Luís Alberto Silva, acompanhado do Diretor-Geral da DGSS, António Santos Luiz.

A Casa da Mutualidade, um espaço de efervescência cultural e intelectual em Coimbra e que constitui um dos pilares d'A Previdência Portuguesa, recebeu o XII Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas. A discussão do tema "As Mutualidades na Previdência Social do Futuro" assumiu um papel fulcral num encontro que culminou com a criação de um grupo de trabalho que congrega um conjunto de especialistas em diferentes áreas, como o marketing, gestão da marca, atuariado e design de comunicação, com o intuito de forjar propostas para modelos de previdência social e poupança, juntamente com os planos de marketing correspondentes, para posterior avaliação das mutualidades.

O Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, através de uma intervenção à distância, instou o movimento mutualista a fazer evoluir o seu paradigma, explorando novos domínios e ampliando a oferta de serviços em prol de uma proteção social mais robusta, afirmando que "se justifica ponderar se há margem e condições para ir mais além". O membro do governo acrescentou que "haverá espaço para explorar novos domínios de complementaridade na proteção social, com modalidades de benefícios de segurança social que possam suscitar interesse nos associados", explicou. O novo Diretor-Geral da Direção-Geral da Segurança Social, António Santos Luiz, não deixou de exaltar a capaci-

dade do movimento mutualista "de inovar e ajustar-se às novas realidades sociais", enquanto o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, José Manuel Silva, enfatizou o inestimável contributo das mutualidades para a coesão social dos territórios. "As mutualidades e as associações são fundamentais nesta sociedade cada vez mais desprotegida, mais agressiva, que nos coloca cada vez mais desafios", frisou.

Em representação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Luís Francisco Filipe destacou o papel das mutualidades na resposta às necessidades dos mais vulneráveis, referindo que estas "têm



Da esquerda para a direita: António Martins de Oliveira, Inês Veiga Pereira, Vânia Silva, Pedro Barbosa, Edgar Diogo e Augusto Abreu.

a capacidade de complementar e de responder às falhas e às limitações do setor público”, e antecipando os futuros instrumentos de financiamento dos projetos destas instituições no âmbito do Portugal 2030.

A conferência central do evento, moderada pelo Coordenador da UMP Edgar Diogo, recebeu intervenções de Inês Veiga Pereira, docente de Marketing e Gestão de Marca do Instituto Politécnico do Porto (ISCAP), Vânia Silva, profissional de design de comunicação, António Martins de Oliveira, Presidente d'A Previdência Portuguesa e Pedro Barbosa, atuário. Juntos, sublinharam os desafios de envelhecimento da população e a

importância da marca “mutualidades” no panorama atual. Durante a sessão de encerramento, Luís Alberto Silva, Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, instou a uma intervenção eficaz para a resolução de questões pendentes do setor mutualista, destacando a necessidade de revisão do Código das Associações Mutualistas e solicitando agilidade na análise dos procedimentos inerentes às mutualidades.

Um marco do cenário associativo português, o Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas continuará a oferecer um fórum para debates enriquecedores e capazes de dar forma ao futuro do mutualismo. A tradição

secular deste movimento e a missão que abraça de promover soluções eficazes na proteção social são um reflexo da capacidade de adaptação e inovação perante os desafios emergentes. ■

“Haverá espaço para explorar novos domínios de complementaridade na proteção social, com modalidades de benefícios de segurança social que possam suscitar interesse nos associados.”

2023 abre um novo horizonte para as mutualidades



Primeiro-Ministro António Costa, na cerimónia do Compromisso de Cooperação.

Compromisso de Cooperação reforça papel do setor social na saúde e abre a porta à revisão do CAM.

No último dia de exercício pleno de funções, o Governo liderado por António Costa celebrou com o setor social o Compromisso de Cooperação para o biénio 2023-2024 que assume um caráter histórico para as mutualidades.

Além da atualização das comparticipações às respostas sociais, o documento assinado no Porto, pelo próprio Primeiro-Ministro, e pelos Ministros da Saúde, Educação e do Trabalho e Segurança Social e pelos representantes das mutualidades, misericórdias, instituições particulares de solidariedade social e

cooperativas, estabelece o compromisso do Estado em rever, durante 2024, o Código das Associações Mutualistas (CAM) e o regime jurídico das farmácias de oficina e em celebrar protocolos para a prestação de cuidados de saúde e novas convenções para a prescrição e realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

“Este acordo é verdadeiramente histórico, porque contempla matérias pelas quais o movimento mutualista pugnava há longos anos junto de sucessivos governos”, considera Luís Alberto Silva, Pre-

sidente da União das Mutualidades Portuguesas.

Uma vez concretizado e implementado, representará “uma oportunidade para o fortalecimento e o desenvolvimento das mutualidades”. As alterações ao CAM e à lei das farmácias de oficina visam abolir constrangimentos às organizações e à abertura de novas farmácias sociais. A celebração de novas convenções reforça o papel de complementaridade dos hospitais e clínicas das associações mutualistas relativamente ao Serviço Nacional de Saúde.



DR

Comitiva da UMP com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Marcelo Rebelo de Sousa recebe UMP em audiência no Palácio de Belém.

O Presidente da República recebeu em audiência a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) no Palácio de Belém. No alvorecer de 2023, Marcelo Rebelo de Sousa recebeu uma delegação da UMP que lhe apresentou um conjunto de preocupações e apelou à magistratura de influência do Presidente da República para a sua resolução.

Luís Alberto Silva abordou essencialmente as matérias que o Governo acabaria, no final do ano, por inscrever no Compromisso de Cooperação com o Setor Social para concretização em 2024, e as propostas

que espera ver acauteladas no CAM, na lei das farmácias sociais e no âmbito da prestação de cuidados de saúde e meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Durante a audiência, foram ainda entregues ao Presidente da República os vários livros publicados pela UMP, que abordam a história do mutualismo.

À saída do Palácio de Belém, o Presidente da UMP realçou a "importância e o significado" da audiência com Marcelo Rebelo de Sousa, reconhecendo a atenção do Chefe de Estado às preocupações apresentadas pelo Movimento Mutualista. ■

CIDACL conquista dois prémios em 2023



Cerimónia da entrega do Selo Protetor.

Projeto dirigido à infância vence Prémio BPI la Caixa e trabalho na defesa dos direitos da criança é distinguido pela CNPDPCJ com Selo Protetor.

O Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL), resposta social proporcionada pela União das Mutualidades Portuguesas à primeira infância, em Lisboa, terminou o ano de 2023 com um prémio e uma distinção que representam o reconhecimento do seu papel na comunidade e na salvaguarda dos direitos das crianças.

A candidatura apresentada pela UMP – “Desenvolvimento e Motricidade em Santa Clara” - ao Prémio BPI Funda-

ção la Caixa Infância foi uma das 39 selecionadas pelo júri de entre as 121 submetidas.

A seleção do projeto do CIDACL traduz-se num apoio financeiro que permitirá requalificar e equipar o recreio da instituição e desenvolver competências parentais ao longo do ano de 2024, fazendo toda a diferença nas brincadeiras e aprendizagens ao ar livre das 86 crianças que frequentam a creche.

O Prémio BPI la Caixa Infância visa apoiar projetos que facilitem o desenvolvimento integral e o processo de inclusão social das crianças em situação de vulnerabilidade. Em 2023 foram selecionados 39 projetos que receberão um total de 1,4 milhões de euros.

O CIDACL foi distinguido, também, com o “Selo Protetor”, pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, no âmbito da promoção e proteção dos Direitos da Criança. Esta distinção reconhece a preocupação e atuação do CIDACL no que diz respeito à adoção de medidas para a prevenção dos maus-tratos nas crianças e na implementação de metodologias pró-ativas de promoção dos seus direitos. ■



Cerimónia da entrega do Prémio BPI Fundação La Caixa Infância.

UMP e parceiros internacionais impulsionam criação da OIES



Organizações fundadoras da OIES



Celebração da escritura (Bruxelas).

A União das Mutualidades Portuguesas preside à Organização Internacional da Economia Social (OIES) desde setembro de 2023, cuja criação impulsionou, em comunhão de esforços com organizações sociais de Itália (Consorzio Kairòs) e do Brasil (FAN – Força Associativa Nacional).

Esta nova organização, de cariz internacional, está sediada em Bruxelas e tem como objetivos poder integrar instituições nacionais e internacionais da economia social, representar o

setor perante governos e organizações internacionais, formar líderes para o desenvolvimento de uma economia global, moderna e eficiente e, entre outros, prosseguir atividades que promovam os direitos sociais dos cidadãos, da qualidade de vida ou da cidadania. O diálogo e cooperação com Bruxelas, no âmbito da implementação do Plano de Ação Europeu para a Economia Social e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, estão entre as prioridades da OIES. ■



Convenção Coletiva de Trabalho alargada a todas as mutualidades

O Contrato Coletivo de Trabalho celebrado entre a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) e a UGT passou a abranger todas as associações mutualistas portuguesas que prossigam as atividades reguladas por esta convenção e os trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias nela previstas.

A Portaria de Extensão publicada no Boletim do Trabalho e Emprego em 29 de outubro de 2023 alarga a abrangência do acordo assinado, em 23 de março, com a Federação Nacional de Educação e vários sindicatos afetos à UGT. Esse acordo procedeu à atualização das tabelas remuneratórias, aumento dos valores das diuturnidades e do subsídio de almoço, subida de um nível remuneratório do grupo profissional de enfermagem e introdução da categoria profissional de gerontólogo, entre outras alterações.

A UMP e os representantes de cerca de duas dezenas de sindicatos da UGT já encetaram o processo negocial com vista à revisão do Contrato Coletivo de Trabalho de 2024. ■

Partilhar experiências, não estagnar, aprender, evoluir

Os mais velhos dedicam o seu tempo a disciplinas que abrem horizontes e estimulam vontades adiadas. São 120 alunos. Na instituição, instalada na baixa do Porto, a entreaajuda e a solidariedade são pilares importantes.



Carlos Jorge Silva



Nova sede d'A Beneficência Familiar

É dia de dar voz e corpo aos textos criados na disciplina de escrita criativa. Nuno Nogueira gosta de teatro e isso vê-se e sente-se. Sabe várias partes do texto de cor. Uma nave aterra no jardim do Palácio de Cristal no ano de 2090. “Uma nave espacial com formato de carrossel”, descreve. Vindos do espaço, dois tripulantes curiosos, com sotaque alentejano, querem explorar a cidade. As palavras ganham expressão, saltam das folhas.

Um grupo da Universidade Sénior Mutualista d'A Beneficência Familiar, na Rua Formosa, na baixa do Porto, ocupa uma sala para o ensaio das histórias escritas que ganham vida pela interpretação, que serão apresentadas no fim do ano letivo, que serão reunidas num livro que se quer publicar. Homens e mulheres estão ali a conviver, a partilhar conhecimentos, a aprender,

a usar o tempo, a rir. Fazem-no com gosto. O cenário é agora outro porque o texto também é outro. Mercado do Bolhão, mesmo ali em frente ao edifício onde estão. Um avô faz compras para o almoço de domingo da família, uma criança brinca com o que encontra. Hermínia Pinto veste a pele de vendedora do Bolhão, mão na anca, diz o que tem a dizer. Há mais textos, outras histórias. A mesa de cuspir ao fundo de uma barbearia. Uma mulher, Vera, que tem as mãos demasiado brancas. Uma outra mulher que se apaixona depressa demais e que tão depressa se desinteressa. O Zé Carlos, um homem de escrever. Os textos são bonitos, sentidos, sincopados. Joana Sarabando, professora de teatro, faz algumas observações. Explicar um acontecimento é, ao mesmo tempo, mostrá-lo, imaginar posturas, encontrar intenções. Carlos Luís Ramalhão orienta a oficina

de escrita criativa, é também o professor de Inglês, autor de textos que ali ganham carne.

Nuno Nogueira, 77 anos, associado mutualista há mais de 50, confessa o imenso apreço pela arte de representar. “Gosto muito de teatro, gosto de interpretar estes textos”. Trabalhava no departamento de recuperação de edifícios do centro histórico do Porto da câmara municipal. As horas que ali passa, na Universidade Sénior, são proveitosas. “Só me faz bem, vou aprendendo umas coisas, faz bem a toda a gente”, diz.

Hermínia Pinto, 68 anos, também está satisfeita com o tempo que ali passa. “É uma aula cinco estrelas”, comenta. Educadora de infância durante 44 anos, um problema de saúde quase lhe tirou a vida aos 63, sobreviveu, recuperou.



Rostos da Universidade Sénior d'A Beneficência Familiar.

"Não podia estagnar, tinha de tentar superar e evoluir", confessa. Os pais eram associados mutualistas, ela também, quis saber o que podia fazer, experimentou uma aula de cada disciplina, escolheu sete, danças de salão, teatro, ginástica, inglês, são algumas delas.

"O convívio é excelente, os professores são fantásticos, e deixam-nos brincar também". "Tento não esquecer aquilo que sabia", acrescenta. O que é bom, muito bom. "Uma partilha de experiências, uma experiência muito boa".

A Universidade Sénior Mutualista tem 120 inscritos e várias disciplinas ao dispor, grupo coral, pilates clínico, Informática, Yoga, Psicologia e Mente Ativa, Tai Chi, Descobrir o Porto, entre outras. Dentro de alguns meses, a instituição muda de casa para um edifício recuperado mesmo ao lado, na mesma

rua, com sete pisos e cinco mil metros quadrados. As obras de reabilitação começaram em 2019, investimento de 6,6 milhões de euros, e estão concluídas. Entre salas luminosas, com pé direito alto e generoso, gabinetes e vários espaços, há projetos prontos a instalarem-se. No rés-do-chão, ficará uma parafarmácia, uma ótica mutualista, um balcão da Caixa Económica do Porto, que pratica os valores da economia social, com uma caixa-forte e locais resguardados. Pelas traseiras, haverá acesso, 24 horas por dia, aos comerciantes que mediante um cartão podem aceder a cofres particulares para guardarem o apuro do dia.

O edifício albergará uma clínica de radiologia e imagiologia fruto de parcerias e soluções analisadas. O salão multiusos, repleto de luz natural, chão de madeira, acolherá concertos, palestras, exposições, assembleias-gerais da

instituição, e pode ser alugado, assim como vários gabinetes e salas de formação. Tem cantina preparada para servir 60 refeições em simultâneo, aberta a quem quiser, a preços simpáticos. Uma cantina que terá móveis com livros. Noutros andares, um ginásio, serviços de fisioterapia, piscina coberta com 1,40 metros de profundidade em toda a extensão, jacuzzi, sauna, banho turco.

A associação não está quieta, surgiu em 1877, disponibiliza serviços médicos, farmácia, viagens, seguros de saúde e de automóvel, planos de poupança, aos mais de 43 mil associados. Em 1997, nas comemorações do 120.º aniversário, inaugurou uma secção funerária, a preços mutualistas, destinada aos seus associados e não só. Faz cerca de 700 serviços funerários por ano, 70% a associados, os restantes 30% a quem o solicitar. ■

Saúde mental: Promover a autonomia e a funcionalidade em casa

Equipa de apoio domiciliário constrói um plano adaptado às necessidades e condições de cada doente. Comunicação e relação terapêutica são fundamentais. O suporte é diário e não há limite temporal definido.



DR

A resposta é especializada, pensada ao detalhe. A Associação Mutualista Nossa Senhora da Esperança – ANSE de Sandim tem uma equipa de apoio domiciliário de saúde mental no terreno desde o início de outubro de 2021. O serviço foi desenhado desde a base. Os doentes são referenciados pelos centros locais de saúde. Depois, há trabalho pela frente para ir a casa de pessoas com doença mental grave, que se encontram estabilizadas e clinicamente acompanhadas.

Neste momento, são 14 utentes adultos, dos 18 aos 65 anos, a média de idade é de 52, dos concelhos de Vila Nova de

Gaia e de Espinho. É uma resposta integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados. Um suporte diário, de segunda-feira a domingo. Uma das vantagens, ao contrário do que é comum, é não ter uma periodicidade definida, ou seja, um limite temporal de acompanhamento pré-estabelecido.

O centro de dia da associação sempre aceitou pessoas bastante dependentes e com várias patologias, algumas do foro psiquiátrico. “O dia a dia já é direcionado para pessoas dependentes. Achámos que seria interessante desenvolver uma resposta especializada nesse âmbito. Em Vila Nova de

Gaia, não havia uma grande resposta”, recorda Vânia Pinheiro, assistente social, diretora de serviços da instituição. Em 2018, foi demonstrado o interesse, apresentada uma candidatura espontânea à rede, a luz verde chegou no início de 2021.

“A intervenção é feita por uma equipa multidisciplinar com base num plano de intervenção individual que é elaborado conjuntamente com o utente, com a família, com o médico assistente e a equipa que acompanha e conhece a situação”, explica Vânia Pinheiro, diretora técnica desta resposta.



Equipa multidisciplinar da Associação Mutualista Nossa Senhora da Esperança de Sandim.

A equipa é constituída por um psicólogo, uma enfermeira especialista em saúde mental, um enfermeiro, três monitores, uma assistente social, uma terapeuta ocupacional. Um quadro especializado que conhece o doente e constrói um plano à sua medida, analisando cada situação e todas as condições.

Não é um apoio domiciliário convencional, não se prestam cuidados de higiene. É outra coisa, outra dimensão. “O objetivo é a reabilitação psicossocial, que consigam viver de uma forma mais ou menos autónoma no seu meio natural, mantendo-se em casa, evitando a institucionalização. Criar rotinas,

estimular competências, atividades da vida diária, adaptar-se ao meio natural”, sublinha a diretora técnica. “É uma resposta muito necessária, extremamente bem aceite, somos muito contactados”. É uma retaguarda que melhora a qualidade de vida, com capacidade para 35 utentes.

O trabalho passa por várias vertentes. Treino de competências e de autonomia, adesão ao regime terapêutico, estabelecem-se atividades de lazer e de interação social, pensa-se na autoestima e em aspetos que se vão perdendo ao longo da vida. “A nossa intervenção baseia-se essencialmente na comuni-

cação e na relação terapêutica. A partir daí, conseguimos estabelecer com a pessoa um plano de intervenção mais complexo com várias estratégias, no sentido de promover a autonomia da pessoa e sua funcionalidade”, refere Carolina Trindade, enfermeira especialista em saúde mental.

“É uma área muito deficitária em termos de resposta”, sustenta Vânia Pinheiro. Nesse sentido, a instituição de Sandim vai apresentar uma candidatura ao PRR para a construção de uma unidade de cuidados continuados de saúde mental, em regime de internamento, com 60 camas. ■

Acordos de Cooperação:

as parcerias ao serviço dos mutualistas

A parceria é um terreno fértil no mutualismo. A União das Mutualidades Portuguesas tem vindo a alargar o leque de parceiros públicos e privados que concedem vantagens e descontos comerciais que revertem para as associações mutualistas e/ou seus associados e colaboradores. Confira todos os protocolos em vigor e no site www.mutualismo.pt conheça as vantagens e a forma de poder usufruir.

PROTOCOLOS ASSOCIADOS DAS AM'S FILIADAS



Aldeamento



Combustíveis



Produtos Ortopédicos



Rent-a-Car

Reparação e Substituição
de Vidro Automóvel

Saúde e Bem Estar



Saúde e Bem Estar



Saúde e Bem Estar



Saúde e Bem Estar



Saúde e Bem Estar

Serviços de Reparação
Telemóveis

Turismo



Turismo



Turismo

PROTOCOLOS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS



Atuariado



Consultoria



Consultoria



Consultoria



Consultoria



Consultoria



Consultoria



Educação



Email Marketing



Higiene



Saúde e Bem Estar



Segurança e Saúde do Trabalho, Segurança Alimentar e Formação



Serviços de Energia



Tecnologia



Tecnologia



Transporte



Turismo



PARCEIROS INSTITUCIONAIS



Governo da República Portuguesa



Governo de São Tomé e Príncipe



ASAE



Câmara Municipal de Lisboa



Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana



Instituto Politécnico de Leiria



Instrumento Financeiro Para a Reabilitação e a Revitalização Urbanas



ISCAP



Municípios Portugueses



Universidade Católica Portuguesa



 previdência
social

 fins
instrumentais

 proteção
social

 inovação
social

 promoção da
qualidade de vida

 saúde

 formação
profissional

Com os Portugueses desde 1176.

WWW.MUTUALISMO.PT



Mutualidades Portuguesas



mutualidades.portuguesas/



**mutualidades
portuguesas**

**A SORRIR
PARA O FUTURO
DESDE 1176.**

FAÇA PARTE DESTE MOVIMENTO.

WWW.MUTUALISMO.PT